

-----ATA N.º 1 DE 26 DE FEVEREIRO-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

-----1 - Proposta n.º 01/CM/2025 - Declaração de utilidade pública, das parcelas a expropriar, necessárias à execução da “Ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras”;-----

-----2 - Proposta n.º 02/CM/2025 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----3 - Proposta n.º 03/CM/2025 - Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2025 - mapa da demonstração do desempenho orçamental de 2024 e integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----4 - Proposta n.º 05/CM/2025 - Designação dos júris dos procedimentos concursais para recrutamento para os cargos de direção intermédia de 2.º grau - chefes de divisão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----5 - Proposta n.º 06/CM/2025 - Autorização para a desafetação de parcela de terreno, com a área de 323,75 m2 do domínio público para o domínio privado do município para posterior permuta com Olivier Kunzler;-----

-----6 - Proposta n.º 07/CM/2025 - Autorização para a desafetação de parcela de terreno com a área de 1.900,00 m2 do domínio público para o domínio privado do município para cedência à Paróquia Ortodoxa de São Nicolau.-----

-----7 - Proposta n.º 08/CM/2025 - Declaração de Investimento de Interesse Municipal e aceitação do benefício fiscal de redução em sede IMI e IMT requerida pela empresa Paulo Sobral Aguiar Unipessoal Lda;-----

-----8 - Proposta n.º 01/AM/2025 - Informação das comissões;-----

-----9 - Proposta n.º 02/AM/2025 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

-----Informação sobre competências delegadas:-----

-----9.1 - Proposta n.º 03/AM/2025 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----9.2 - Proposta n.º 04/AM/2025 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

-----10 - Proposta n.º 05/AM/2025 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado

por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária).-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio, Marta Filipa Sousa Geraldés, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, António João Leal da Costa Bastos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patricio, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, Ana Isabel Marques Fiéis, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, João Paulo Moreira dos Reis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Sérgio Matias Rodrigues Calado (em substituição de Luís Pedro Duarte Silva), João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Mário João Rodrigues Matias, David Alves Gomes Lopes e Paulo Dinis Faustino Valentim. -----

-----Faltou o membro Marco António Figueiredo Branco.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Sérgio Paulo Matias Galvão, Secundino Campos Oliveira, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Dina Almeida e Dulcineia Ramos.-----

-----O **presidente da Mesa** abriu a sessão, saudando todos os presentes, dando as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos e como estão na época de Carnaval, desejou a todos umas boas festas.-----

-----De seguida, endereçou, em nome de toda a Assembleia as boas vindas à senhora vereadora Dina Almeida, agradecendo a sua disponibilidade na certeza que vai continuar a fazer um bom trabalho em prol do concelho e desejou as melhores das felicidades ao ex-vereador Duarte Pacheco, que renunciou ao mandato.-----

-----Aproveitou ainda para informar o plenário que Executivo Municipal deliberou atribuir o nome de Aristides de Sousa Mendes a uma rua em Santa Cruz, na sequência de recomendação aprovadas por este órgão na última sessão.-----

-----Ainda como nota prévia informou que na semana passada se realizou uma reunião com todos os envolvidos, das duas freguesias onde vai haver desagregação, no sentido de se aclarar e se começar a preparar o processo, todos os atos e a sua programação esperando que no próximo dia 5, a proposta de lei volte a merecer a aprovação da Assembleia na República, no sentido de se

repor a justiça em relação a pelo menos duas freguesias, Runa e Maceira. -----

-----Deu nota do falecimento do pai do presidente de junta de freguesia da Silveira, Luís Pedro Duarte Silva e que iria propor um voto de pesar, que seria formalizado em ata no ponto 10 da ordem de trabalhos para expressar ao deputado municipal e à família os mais sentidos pêsames, e que por isso mesmo hoje não está presente a será substituído, informação que será dada seguidamente pelo 1.º secretário da mesa.-----

-----Referenciou ainda o pedido de justificação de falta do deputado municipal Marco Branco, que não pode estar presente por motivos de saúde, e a quem em nome de todos enviou um grande abraço e uma grande força. -----

-----De seguida abriu **o período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido três inscrições:-----

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO FERNANDO SANTOS - AGRICULTURA: -----

-----O **cidadão Fernando Santos** disse que veio ao plenário para falar sobre a temática em título, tendo escolhido 2 problemas que foram transversais à agricultura em Torres Vedras, apresentando-se como investigador do ISCTE que estudou a economia dos vinhos de Torres Vedras, e a convite dirigido pelo deputado do Chega, Carlos Filipe.-----

-----Para esta intervenção, selecionou como ponto partida, a questão “qual é o estado atual da agricultura na região de Torres Vedras e os 2 problemas que escolheu são: o escoamento e os preços dos bens agrícolas” que foram e são graves problemas da agricultura Torreense que nunca foram resolvidos satisfatoriamente, quer a nível estrutural, quer a nível conjuntural, dados confirmados pelos resultados dos estudos que desenvolveu e que foram atestados por diversos autores e fontes consultadas, tais como António Batalha Reis, ilustre agrónomo do Turcifal, no caso dos vinhos comuns ou correntes, para a ruína dos milhares vinicultores da região de Torres Vedras.-----

-----Prosseguiu dando nota que a braços com a sua sobrevivência, a resposta a estes problemas chegou de forma mais pensada no Estado Novo e dava pelo nome de Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, com berço na vila Torres Vedras, tendo tido como primeiro Presidente, Mário Galvão, outra ilustre figura Torreense. Este poderoso organismo de coordenação económica não foi bem-sucedido na sua primeira presidência, desde logo por culpa dos próprios vinicultores que depressa deixaram de acreditar nesta solução, e depressa passaram a contribuir para o agravamento desses problemas e em 1937, sucede-lhe a Junta Nacional do Vinho que conduziu os destinos dos vinhos comuns e das aguardentes vínicas até 1986. -----

-----Frisou que os problemas que referiu não foram resolvidos adequadamente, e chegam aos dias de hoje ainda com força para condicionar o desempenho da agricultura da região e as condições de subsistência do seu tecido agrícola muito dependente, como é do conhecimento

geral, da vinicultura, pomicultura e horticultura. -----

----A importância destas produções posicionadas no 6.º lugar do ranking da atividade económica permite ao concelho de Torres Vedras, o acesso ao 1.º lugar na região oeste e a 22.ª posição entre municípios do continente, portanto, a pertinência desta sua intervenção, está bem ancorada.

----Em síntese, reafirmou que na agricultura da região de Torres Vedras, existem um conjunto de problemas graves, mal resolvidos, e as implicações no bem-estar das explorações agrícolas são tais que o leva a pensar que devem ser analisadas de forma prioritária pela Assembleia Municipal, nomeadamente o escoamento dos vinhos, de pera rocha e dos produtos hortícolas, a exemplo do tomate e os respetivos preços destes bens.-----

----Por último recomendou a especial atenção da Assembleia, para a concorrência desleal e o financiamento do setor. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DA CIDADÃ ANA TERESA RODRIGUES – SELOS DE RESIDENTE – ESTACIONAMENTO - PROMOTORRES: -----

----A *cidadã Ana Teresa Santos Rodrigues* disse reside no Largo Infante D. Henrique, ao pé da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, e sempre lhe foi atribuído o selo da zona B, mas no corrente ano foi-lhe atribuída a Zona A, com o qual não concorda porque existe estacionamento disponível na zona de residência e tem que ir estacionar quase a 2 quilómetros. --

----Manifestou também o seu desagrado com o facto de os problemas de estacionamento estarem a acabar com o comércio, e a levarem muitas pessoas a deixarem de se deslocar a Torres Vedras, exatamente por isso.-----

----Sobre a atuação da Promotorres alertou que a passagem de multas deve ser só iniciada às 9.00h como está estabelecido e não às 8.30h achando que são “piores que lobos esfomeados à caça à multa”. Acha este método de trabalho inadmissível e gostaria que acabe. -----

----Assinalou ainda que quando se dirigem às instalações da Promotorres gostariam que os funcionários lhes facilitassem o livro de reclamações, pois considera grave o facto de já por duas vezes se recusarem a fazê-lo e espera que não volte a acontecer. -----

----Concluindo informou que tem andado a recolher assinaturas, porque mais de metade dos torrienses não estão satisfeitos com esta atitude que a Promotorres está a impor.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO PAULO AGOSTINHO MATIAS - SANEAMENTO NA ESTRADA 8-2 – AVENIDA DA REPÚBLICA, CARRASQUEIRA, CAMPELOS: -----

----O *cidadão Paulo Matias* disse que vinha expor algumas questões relacionadas com a avenida em título, onde reside na Carrasqueira que não tem saneamento, nem passeio e estava na altura de a Câmara Municipal tomar medidas.-----

-----Sobre a falta de passeio, disse que já apresentou a questão à câmara algumas vezes, e até hoje continua tudo na mesma com todas as dificuldades que coloca aos moradores para circularem no local, sem andarem pelas valetas. -----

-----Referiu-se ainda ao facto de ter uma empresa em Cabeça Gorda e pensa que estava na altura de a autarquia colocar um traço contínuo na EN8-2 no cruzamento porque circulam nesta via a alta velocidade e fazem ultrapassagens, situação que foi agora agravada porque meteram 3 contentores, no lugar de um pequeno que lá estava, que tapam a visibilidade a quem quer entrar e vem de automóvel, exceto aos veículos mais altos pelo que vai aguardar que a câmara faça os devidos melhoramentos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Período antes da ordem do dia:-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O primeiro secretário António Fortunato leu os documentos recebidos pela mesa, que foram numerados e rubricado, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 837 da Câmara Municipal de Torres Vedras, desta mesma data, a dar conhecimento que o Executivo Municipal em sua reunião de 25/02/2025 dando cumprimento à recomendação da Assembleia Municipal aprovada em 19/12/2024, deliberou por unanimidade, atribuir o topónimo de Aristides de Sousa Mendes a uma rua de Santa Cruz.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail de Luis Pedro Silva, de 24/02/2025 a informar que por motivos de saúde não poderá estar presente na presente sessão em que será substituído pelo secretário da junta Sérgio Matias Rodrigues Calado. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail de Marco António Figueiredo Branco, de 25/02/2025 a informar que por motivos de saúde não poderá estar presente a esta sessão. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

DESAGREGAÇÃO DA FREGUESIA DA MACEIRA - CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA MACEIRA:-----

-----O *deputado municipal Artur Corvelo* começou a sua intervenção referindo que conforme noticiado no Badaladas de dia 21 fevereiro, a população da Maceira reafirmou no passado dia 16 a vontade de repor a sua freguesia, no Centro Social Cultural da Maceira, que era um dos

principais promotores do evento, conjuntamente com a Associação Maceira Viva, a Comissão da Igreja e a Vaklouro. -----

----Anotou que aparentemente, tudo estaria bem e muitos terão ficado com a certeza de que o Centro Social e Cultural da Maceira seria uma instituição firme e sólida, não enfrentando graves problemas no que à sua sobrevivência diz respeito, contudo na realidade assim não é. -----

----Neste enquadramento deu nota que poucos dias antes deste evento, tiveram oportunidade de visitar a instituição e debater com os seus dirigentes os problemas com que a mesma se defronta, da sua importância e relevância, bastando para o efeito assinalar que têm uma creche com 4 salas abrangendo 62 crianças, 75 no jardim de infância, para além de um ATL com 44 crianças inscritas, ao que acresce o facto de ser o único berçário da freguesia. -----

----Para além disso este centro avançou com a construção de um centro de dia, que foi entregue a um privado, contraindo uma dívida que seria suportada em parte pela Câmara Municipal, mas que até hoje nada fez quanto a isso, deixando este centro com o encargo de dívida impossível de suportar. A isto acresce o contrato de arrendamento por 10 anos do centro de dia celebrado entre o centro social e um particular, mas as mensalidades já não chegam para pagar as prestações bancárias, o que faz com que este arrendamento seja ruinoso para a instituição. -----

----Como se tudo isto não bastasse, salientou que a direção atual deste centro se vê confrontado com exigências por parte de entidades tão diversas como a Câmara Municipal, a Proteção Civil, a Segurança Social, e o IMT, relacionadas com a substituição de cacifos e a mudança urgente do pavimento, assim como a substituição do autocarro até 31 de agosto deste ano, sob pena de ficar sem o transporte das crianças. Todas estas exigências em simultâneo. -----

----Entretanto, o centro social teve de abdicar de fornecer as refeições escolares à EB1 da Maceira, por falta de capacidade da cozinha, uma vez que há a exigência de ampliação da cozinha, por parte quer da Proteção Civil quer da Câmara Municipal de Torres Vedras, o que a acontecer permitiria também o aumento da capacidade do berçário. -----

----Perante o exposto questionou se é ou não verdade que a Câmara Municipal se comprometeu em contribuir com € 250.000,00 para o centro de dia desta instituição, e o que falta para cumprir tal obrigação, ou será que todas estas exigências em simultâneo não passam de uma manobra para pôr em xeque os atuais corpos gerentes do Centro Social e Cultural da Maceira.-----

----Relativamente a este assunto a **presidente da Câmara** esclareceu que não é verdade que pretende pôr em xeque a direção do Centro Social do Centro Social da Maceira, sejam quais foram os órgãos sociais que lá estejam. -----

----Relativamente à “promessa”, informou que já reuniu por causa da situação, pois existe um documento escrito para a Câmara Municipal apoiar a construção do espaço no valor de € 125.000,00, que tem cerca de 20 anos, ou seja é um compromisso assumido no início, que tem

que ser avaliado pela área jurídica, mas não deixarão, como nunca deixaram, de apoiar qualquer das associações do concelho, nomeadamente estas de cariz social e que têm uma grande importância, sobretudo naquilo que é a confeção das refeições e o apoio aos alunos. Reforçou que independentemente do compromisso que existe assinado anteriormente e ao fim a que se destina, nunca nenhuma das associações do concelho ficou desprotegida e esta é uma situação em que o Centro Social do Centro Social da Maceira não ficará de certeza também.-----

-----Por último esclareceu que há incorreções relativamente às afirmações que foram feitas, mas não as iria detalhar, informando apenas que tem um compromisso para ir lá para fazer uma visita às instalações para conhecer a nova direção e o que quer fazer. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIGAÇÃO DA A8 À ÁREA EMPRESARIAL DAS PALHAGUEIRAS - CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E DE INVESTIMENTO:-----

-----O *deputado municipal João Paulo Reis* começou por dizer que embora vá ser tratado no ponto número 1 um assunto específico relativamente à variante das Palhagueiras, vinha falar sobre o tema de uma forma mais abrangente.-----

-----Neste propósito referiu que o PSD considera da maior importância a execução da variante Palhagueiras, no entanto, não podem deixar de solicitar alguns esclarecimentos e colocar algumas questões relativamente ao andamento que o processo tomou até aos dias de hoje e ao cronograma apresentado.-----

-----Assim, tendo o contrato de financiamento sido celebrado em 14/01/2022 decorridos 3 anos, questionou se não seria expectável e não poderiam ter sido tomadas outras diligências para que já tivessem sido obtidas todas as aprovações necessárias e a obra se encontrar em curso, recordando que a câmara municipal pretendia iniciar a obra em final de 2023.-----

-----De acordo com o cronograma apresentado, o concurso da empreitada, que tem um prazo de execução de 2 anos, será lançado em abril, inquirindo se esse cronograma será cumprido, constatando ainda, que o contrato de financiamento termina em 31/12/2025, e tendo em conta que o PRR termina em junho de 2026, tendo sido já anunciado que não será prorrogado o prazo de execução do mesmo, interrogam-se como irá ser cumprido o contrato de financiamento do PRR, com que prazo de execução será lançada a empreitada, e será possível executar esta empreitada no prazo de um ano, pois na sua opinião será praticamente impossível. -----

-----Frisou que a presidente da câmara dá por adquirido que se irá perder os fundos do PRR e indaga se terá a Câmara Municipal que assumir essa verba em prejuízo dos demais investimentos necessários no concelho. -----

-----Por fim referiu que gostaria de deixar uma recomendação à presidente da câmara, tendo em conta os inúmeros projetos e obras que vêm sendo apresentados e prometidos, no sentido de que

será extremamente importante que se desenvolvam os respetivos projetos de execução para que, num próximo cenário de apoios comunitários, se possa ganhar tempo e fazer a diferença. -----

-----O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** como nota prévia realçou e agradeceu a participação do vereador do PSD Duarte Pacheco que muito enriqueceu os trabalhos autárquicos em Torres Vedras e que por motivos profissionais teve que abandonar o cargo e foi substituído e muito bem a título definitivo pela vereadora Dina Almeida a quem deu as boas vindas, assim como o presidente da Mesa já o tinha feito. -----

-----Em relação à sua intervenção, anunciou que é um pouco uma réplica da que fez na sessão de 25/9/2024, que quis fazer um ano antes das eleições autárquicas e falou basicamente de endividamento e investimento. Paradoxalmente, 5 meses depois, e a 7 meses de eleições, vai falar novamente, não apenas da questão da variante das Palhagueiras, mas também de um conjunto de procedimentos e processos que vão surgindo que se proporcionam a este tipo de intervenção.-----

-----Na altura estavam a falar de endividamento e de problemas para o futuro, porque estavam a aprovar um instrumento importantíssimo, mas que vai ter um impacto muito grande em Torres Vedras, que era o Barro, e foi por causa de ser com investimento privado ou não, PRR etc., que falou de a possibilidade do endividamento da câmara municipal crescer bastante.-----

-----Acrescentou que a notícia do dia anterior sobre a possibilidade de empréstimo da câmara municipal para colmatar o financiamento da variante das Palhagueiras A8, impulsionou-o a voltar a falar sobre o tema. -----

-----Neste enquadramento lembrou que o PRR, que foi anunciado em junho de 2021 e é obviamente um processo moroso, mas a Câmara Municipal tinha um projeto, que estava inicialmente no domínio do que tinha sido aprovado, portanto, mais facilmente poderiam e deveriam ter feito todos os procedimentos para avançar a partir de dezembro de 2022, contudo só em junho de 2023 o processo foi entregue à APA e assim passaram 3 anos até agora. -----

-----Alertou que, tal como fez o colega de bancada João Paulo Reis, o procedimento está em risco, tendo a presidente de Câmara, referido isso mesmo na reunião do executivo do dia anterior e por isso mesmo está também em equação 22 milhões de euros. -----

-----Antecipando a resposta da presidente da câmara que as entidades demoraram a dar pareceres, não iria aludir sequer que estas entidades até 2024, por acaso eram da mesma cor política da autarquia, embora seja verdade que demoram, mas também deve dizer em honra da verdade, que se há muitas obras por fazer em Torres Vedras, algumas em anteriores mandatos foram feitas, mas para isso é preciso alguma energia, não pode ser papel para lá, papel para cá.--

-----Lembrou que em relação a uma obra que estava dependente de prazo, perante a APA, houve um determinado vice-presidente, Carlos Bernardes, que se não se tivesse mexido, a concessão da

Física caía, tal como no processo do PDM anterior, em que o presidente na altura, Carlos Miguel, também fez a sua parte para que avançasse um pouco mais, ou seja é importante mexerem, mas é importante não ser só em papel. É preciso a presidente de Câmara, com a sua agenda após a pandemia, que foi certamente difícil, constituir equipas que não estejam só à espera numa posição expectante, sendo obvio que não conseguirá fazer tudo, mas a questão é que estão em risco, e o que é que real neste momento é que têm o endividamento municipal grave, a ficar gravíssimo, porque neste momento têm capacidade limitada de endividamento para 2025 de 125 milhões euros, e se este empréstimo for concretizado, 22 milhões ficam logo colmatados. Não está só a falar da questão de endividamento parcelar anual, será mesmo o endividamento global, porque o problema que existe é que são 40 milhões de euros numa capacidade de endividamento de 125 milhões de euros. O orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras são 80 milhões, 115 com os SMAS, já é endividamento bruto e isso é grave. -----

-----Disse que não iria falar sequer da situação que aconteceu no dia anterior que deve ter sido muito constrangedora para a presidente da Câmara, quando logo na sua primeira intervenção a vereadora Dina Almeida tentou perceber se este empréstimo era excepcionado ou não, fazendo com que o ponto da ordem de trabalhos, fosse deferido para uma próxima reunião de câmara.-----

-----Prosseguiu indicando que neste momento o que acontece é que se estão a aproximar dos 40%, e voltando à sua intervenção de 25 de setembro, nem quer pensar que haja problemas com os cerca de 14 milhões de euros, que estão previstos no PRR para o Barro até 2028, portanto, são cerca de 40 milhões dos quais 14 milhões seria do PRR, e da autarquia 1,7 milhões, nas duas fases, ou seja 26,3 milhões, e se estes financiamentos não se concretizarem e se a câmara se tiver que atravessar e chegar à frente, ficarão certamente com 70% a 80% do endividamento total municipal abrangido, quando lhes falta tanta coisa: falta a regeneração de Arenas, a 3.ª fase da variante Poente, a variante Norte, algumas escolas, o Centro Cívico de Santa Cruz, renovação da rede de águas, estradas, saneamento, tudo obras que já deviam ter sido ultimadas.-----

-----Concluindo, disse que, tudo somado e sem ser exagerado, certamente acima de € 200.000,000,00, num tempo em que os fundos comunitários não vão dar até porque o desígnio da Europa infelizmente mudou, a prioridade vai ser o armamento, não se sabe o que resultará das eleições de setembro, o que sabe é que, seja quem estiver na governação a partir de então, terá muito pouca margem, obviamente, até porque as necessidades ainda são muitas, e mesmo sem querer adjetivar, não se pode perder assim dinheiro.-----

-----Em resposta a **presidente da Câmara** falando em termos globais, mas iniciando com as afirmações do deputado municipal Luis Carlos Lopes que conhece à muitos anos, e com muita deferência considerou que é a pessoa indicada para vir falar de endividamento e investimento nas instituições, pois o deputado sabe perfeitamente o que são as dificuldades, os processos

necessários quando não há verbas e as necessidades para compensar essa falta, assim como os riscos que é preciso correr, foi exatamente no ponto, ou seja, é a pessoa certa para falar sobre o assunto.-----

----Mais propriamente quanto à ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras esclareceu que o contrato de financiamento com a CCDRLVT foi feito em 14/1/2022 por 7 milhões de euros, pediram um aditamento para que pudesse ser feita uma via dupla e passaram a ter um contrato com € 11. 606.000,00 euros, com o prazo até 30/6/2026. -----

----Esclareceu ainda que nesta altura, têm todo o projeto elaborado, e no ponto 1 da ordem de trabalhos da presente sessão vêm requerer a declaração de utilidade pública pela Assembleia Municipal para que se possam fazer os contratos com os 58 proprietários dos terrenos e a partir daí o lançamento da empreitada.-----

----Antes de falar sobre os valores e tal qual como disse o deputado Luis Carlos Lopes, é do conhecimento de todos que estes processos em vez de serem facilitados pelas entidades intermédias, pelas entidades interessadas que o PRR fosse despachado em tempo para que não houvesse necessidade de fazer reprogramações, demoram muito tempo a dar resposta. Indo aos valores, têm um contrato de financiamento de € 11.606.000,00, mas o projeto neste momento prevê investimento de cerca de 25 milhões de euros, ou seja, terá que haver um empréstimo, para além de desconhecerem como é que vai ser a reprogramação do PRR, que aguardam para saber se há deslizamento em termos de prazos, ou se, eventualmente, haverá outras alternativas ou outras linhas de financiamento para que os valores não fiquem cobertos, porque em termos de calendarização, ficará do lado de fora.-----

----Neste contexto, o empréstimo que foi presente ao Executivo e que foi retirado depois das dúvidas suscitadas pela oposição, é até 22 milhões de euros, que não significa a utilização deste valor pois é mesmo por uma questão de segurança, porque terá que ir a Tribunal de Contas.-----

----Será um empréstimo excecionado, porque têm um contrato com o PRR, que ainda terá que ser presente ao executivo, depois de tirarem algumas dúvidas em relação aos valores e posteriormente à Assembleia, mas é inevitável haver um empréstimo para fazer aquela ligação porque os valores iniciais não se coadunam com os custos que estão calculados para a construção de uma via daquele tipo, pelas razões que são do conhecimento de todos ao nível do incremento que tem havido dos valores das empreitadas.-----

----Pedi novamente o uso da palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* para dizer que a edil quis falar em relação a ele como a “dar medalhas”, dando nota que em todas as instituições onde esteve foram muito difíceis, o passivo foi sempre grande, as dificuldades são enormes. -----

----A sua intervenção foi pró-ativa para que reflitam sobre o futuro, seja quem for que assuma a presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras porque têm que ter escolhas e é isso que quis

dizer basicamente. -----

----A **presidente Câmara** assegurou ao deputado que a situação da câmara é efetivamente uma situação difícil de gerir e sobre a questão do olhar para o amanhã crê que é importante para todos o fazerem de forma consciente. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

HOSPITAL DE TORRES VEDRAS: -----

----O *deputado municipal Carlos Filipe* interveio para falar um pouco no estado do concelho de Torres Vedras, considerado pela imprensa periódica, local e nacional o pior hospital do país e a razão: as instalações são obsoletas, profissionais de saúde insuficientes e recursos materiais, escassos e medíocres, ginecologia, bloco de partos e urologia desativados e a urgência que tem instalações recentes, está fraca e desajustada. -----

----Acrescentou que em Torres Vedras existe uma saúde pública que não responde satisfatoriamente às necessidades dos doentes que a procuram, logo necessita de ser repensada.

----Assim, o Chega está obrigado a recomendar a esta assembleia especial atenção para com a degradação da saúde pública em Torres Vedras.-----

----Como parece existir uma solução adiada no tempo e em relação à saúde no Oeste da parte dos sucessivos governos, sugere uma consulta ao Ministério de Saúde com o propósito de aferir a viabilidade e a tipologia do hospital a edificar em solo torriense e no caso das extensões de saúde, o financiamento para reformas necessárias. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DO PROGRAMA DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E SINALÉTICA INFORMATIVA DOS COMBATES DE DOIS PORTOS E DE RUNA - TERCEIRA INVASÃO FRANCESA DE 1810:-----

----O *deputado municipal Vale Paulos*, pediu a palavra para dar nota que no passado dia 16 de fevereiro foi realizada a apresentação pública do programa de escavação arqueológica e sinalética informativa, referente aos combates de Dois Portos e de Runa, aquando da terceira invasão francesa, sinalizando verdadeiros marcos históricos naquele território, que teve lugar no salão da Casa do Povo de Runa, tendo os habitantes de Runa e de Dois Portos manifestado enorme gratidão à Câmara Municipal nomeadamente à vereadora Ana Umbelino que organizou todo o evento. -----

----Também lembrou que a iniciativa decorre de várias intervenções que fez nesta Assembleia Municipal, com recomendações ao executivo que em boa hora abraçou este acontecimento histórico único realizado neste concelho, possibilitando o reconhecimento que os combates foram enquadrados numa ofensiva das tropas francesas tentando atravessar a primeira linha defensiva entre Runa e Dois Portos, sem nunca o conseguir. -----

-----Deu nota ainda que depois da abertura da sessão pública a vereadora Ana Umbelino apresentou a Rota Histórica das Linhas de Torres, tendo evidenciado a sua importância não apenas para o contexto nacional, mas também europeu e depois da intervenção do historiador Venerando Aspra de Matos foi feita uma contextualização histórica dos combates de Dois Portos e de Runa, recorrendo a relatos da época, incluindo registos da Gazeta de Lisboa de 1810, ao que se seguiu, pelo arqueólogo Rui Ribolhos, a apresentação do programa dos trabalhos arqueológicos, que pretendeu situar os locais exatos dos confrontos, tendo este arqueólogo referido que ao Património Cultural, IP será entregue um programa e documentação para que se possam começar os trabalhos. -----

-----A iniciativa culminou com uma deslocação ao som dos Gaiteiros da Freiria, ao Parque Verde de Runa, onde foi apresentada a sinalética informativa sobre o combate de Runa e à Ribaldeira, onde foi apresentada a sinalética referente ao combate de Dois Portos. -----

-----Reforçando que em boa hora, a Câmara Municipal de Torres Vedras, através do setor da cultura instalou esta sinalética, permitindo a divulgação e promoção da história recente do território, que se perpetuará às gerações futuras. -----

-----Por último solicitou à câmara municipal apoio para a criação do museu da freguesia de Runa pois existe já hoje, um conjunto significativo de elementos históricos, desde a arqueologia da época do Calcolítico do Castro do Penedo, a Villa Romana do Penedo, os 500 anos da paróquia/freguesia, história militar das invasões francesas, atividades etnográficas da vinha e do Vinho, entre outras. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSIBILIDADES: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, referiu que certamente a Câmara Municipal já terá assinalado há alguns meses, para não dizer anos, 3 árvores de grande porte que estão colocadas na Praceta Calouste Gulbenkian, questão que até já foi abordada neste plenário, no sentido do que poderá acontecer quando há temporais, pelo que questionou se o executivo já deliberou, ou já refletiu sobre o destino daquelas árvores, para prevenir alguma fatalidade como tem havido noutros concelhos. -----

-----Relativamente à Rua Júlio César Lucas, deu nota que no passeio do lado da Escola Secundária Madeira Torres, devido às raízes das árvores, é praticamente impossível alguém, um carrinho de bebé ou uma cadeira de rodas, deslocar-se. Sabe que é difícil, porque as raízes das árvores com o tempo, afloram, mas seja como for, e não sabendo se há alguma solução técnica deixa esta recomendação. -----

-----Por último, na Rua Teresa de Jesus Pereira, assunto também que já trouxe por diversas vezes à assembleia, alertou que o piso não vai melhorando, vai piorando com chuvas, com os

invernos, e com todo o tráfego pesado que por ali passa, inquirindo se neste ano de 2025, a Câmara Municipal vai repavimentar a via, nem que seja como solução provisória. -----

-----No tocante aos destinos das árvores a **presidente da Câmara** assinalou que se trata de uma situação muito problemática, porque as mesmas estão sãs e por isso mesmo a autarquia tem que ponderar, tendo em conta que há posição contraditórias, como se sabe, em termos de sociedade relativamente à manutenção ou não das mesmas, mas estão sempre atentos. -----

-----Disse ainda que as raízes nos passeios é exatamente um dos problemas que estão a tentar minorar, criando um espaço de caldeiras maiores, mais elevadas, para que se possam manter as árvores, apesar das raízes. -----

-----Confirmou que está prevista para o corrente ano a pavimentação da Rua Teresa de Jesus Pereira.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROGRAMA NASCER E CRESCER EM TORRES VEDRAS: -----

-----A *deputada municipal Sónia Patricio* usou da palavra para parabenizar a Câmara Municipal de Torres Vedras pela iniciativa em título, um programa de apoio à família e de promoção da natalidade que se destina a famílias com bebés e crianças que sejam registados no concelho de Torres Vedras, inscritos no prazo máximo de 6 meses desde o nascimento ou adoção, sendo os apoios válidos até que tenham 3 anos, de forma a responder aos desafios inerentes ao nascimento e aos primeiros anos de crescimento em fulcrais na contribuição do desenvolvimento infantil. Visa apoiar famílias, através da atribuição de apoios de cariz económico e social integrados em 2 grandes áreas, nomeadamente saúde e bem-estar, educação e cultura. -----

-----Deu nota ainda que como objetivo principal, pretende-se assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das famílias residentes no território, permitindo ainda o rejuvenescimento populacional do município. -----

-----Sinalizou que o programa conta com diferentes parceiros do concelho com o intuito de gerar sinergias adequadas, dinamizadoras e geradoras de ganhos no âmbito de apoio ao grande desafio da parentalidade e à promoção do comércio, projetos locais, nomeadamente farmácias, lojas de paricultura, mercado municipal, equipamentos culturais do município, entidades promotoras de atividade física, saúde e bem-estar. -----

-----Encontra-se divulgado nos centros de saúde, nas juntas de freguesia e outros meios de comunicação municipais, sendo oferecido um kit que contém material didático e um livro de vouchers que podem ser utilizados sobre a forma de descontos em bens materiais, bem como na frequência de atividades de saúde e cultura como, por exemplo, aulas de natação para bebés, workshops de música para bebés, e no âmbito da promoção da parentalidade positiva, onde da interação e partilha de experiências entre pais, filhos e profissionais advém a vivência de uma

parentalidade mais informada, tranquila e, conseqüentemente, a construção de uma infância e vida adulta mais segura e mais feliz. -----

-----Por último informou que à data foram recebidas 205 candidaturas das quais foram deferidas 197, 85 famílias são provenientes da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e que este ano o feedback de parceiros e dos pais é bastante positivo.-----

----- **A presidente da câmara** agradeceu, as palavras elogiosas da deputada relativamente a este projeto com o qual acreditam que virão a fazer diferença no concelho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS:-----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* disse que iria fazer uma intervenção muito curta apenas para assinalar mudança, que é efetivamente de assinalar, e que corresponde ao paradigma que até aqui tinha sido sustentado pelo PS relativamente aos incentivos à fixação de médicos.-----

-----Neste contexto referiu que se até aqui tiveram, ao longo das mais variadas assembleias municipais, desde fevereiro de 2023, umas quantas que se seguiram depois ainda em 2023 e também 2024, em que, às vezes com linguagem até menos própria, menos capaz de ser ouvida numa assembleia deste tipo, foram sendo postas em causa as iniciativas não só do UTV, mas também como de outras forças políticas e até de um outro presidente de junta de freguesia que, por iniciativa própria conseguiu dinamizar, e trazer para as suas populações melhor cuidado médico.-----

-----Importava ainda referir que vão ser trazidas ao plenário várias recomendações, entre elas os incentivos à fixação de médicos e que resultaram de uma de aprovação unânime da comissão de saúde desta assembleia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TORRES VEDRAS CIDADE EDUCADORA - HAPPY SCHOOLS:-----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas* usou da palavra para dar conhecimento que no passado dia 7 de fevereiro se realizou em Torres Vedras, a primeira conferência “Torres Vedras Cidade educadora - Happy Schools”.-----

-----Disse ser um tema que a emociona, por ser por ser professora e com esta sua intervenção vinha agradecer a aceitação do mesmo e profundidade daquele dia, mas vinha também num reforço de sensibilização, como disse o ex-ministro da Educação, para a “mochila de muitos alunos”, não só a nível nacional, mas também no concelho.-----

-----Explicou que as Happy Schools procuram atribuir ferramentas não só aos professores, mas também aos assistentes, técnicos, ou seja, a todos os que de uma forma direta trabalham com nas escolas, e com as escolas, mas antes dessas ferramentas, lembrou que está muitas vezes em causa a falta de alimento, nas casas dos alunos, e que é nas escolas que eles vão obter esse

alimento.-----

----Deu nota ainda que muitas vezes o professor quer dar mais aos seus alunos, mas não há técnicos disponíveis, e os deputados municipais presentes na sala podem ajudar e procurar dar respostas às famílias, aos professores, aos alunos, apelando igualmente aos presidentes de junta que continuem a olhar para as escolas, não só como um edifício, mas como um todo e que proporcionem à escola, às famílias, aos jovens, aos professores, ao pessoal não docente oportunidades de serem felizes.-----

----A **presidente da câmara** agradeceu, as palavras elogiosas da deputada relativamente a este projeto com o qual acreditam que virão fazer diferença no concelho.-----

----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

SEGURANÇA EM TORRES VEDRAS:-----

----Sobre este assunto, o *deputado municipal Ilídio Santos* disse traz um tema que embora pareça que os números não condizem com o que sentem, preocupa o UTV.-----

----Com este enquadramento lembrou que este movimento cívico no Executivo Municipal já apresentou duas iniciativas para proteger os cidadãos do concelho, uma sobre a videovigilância que foi rejeitada, e outra mais recentemente, sobre a polícia municipal que também foi recusada. -

----Frisou que embora os números do INE demostrem que há uma diminuição da criminalidade, e inclusive até na criminalidade mais violenta os números sejam inferiores, o que os leva ponderar é ouvirem, nomeadamente a Polícia Judiciária, dizer que não pode divulgar os números reais, porque “é dito pelo Governo para não deitarem cá para fora os números”, e isto está na comunicação social, basta ver a SIC Notícias e por aí fora.-----

----Acrescentou que, esquecendo os números, aquilo que sentem na rua é, de facto, algum receio, em Torres Vedras já terem tido alguns desactos, e olhando para outros municípios, nomeadamente da mesma cor do município, que já optaram por enveredar pelas polícias municipais e pela videovigilância, municípios que estão ao redor de Torres Vedras, acham que também seria interessante se comesse a olhar com outros olhos, e que se equacionasse pensar esta segurança, tanto ao nível da videovigilância como a nível da polícia municipal.-----

----Por último a propósito de a presidente da câmara, quando foi abordada a questão da videovigilância no Executivo, ter dito que iria solicitar à PSP que fornecesse números concretos, um relatório da situação de Torres Vedras, que não sabe se já chegou, e se era possível facultar a esta assembleia para terem também dados mais concretos.-----

----A **presidente da Câmara** começou por indicar que as propostas que o deputado referiu sobre polícia municipal e videovigilância, não são recusadas, ou seja, vivem num concelho seguro, querem que assim continue e que passem essa mensagem de segurança. Não há alterações significativas relativamente àquilo que são as ocorrências, aquelas que existem e os grupos que

existem e que eventualmente têm a ver com algumas situações de desacato, são localizadas e estão identificadas pela Polícia de Segurança Pública.-----

-----Reforçou que não rejeitam de forma nenhuma, que venham a ter a videovigilância ou polícia municipal quando isso for algo que possa vir a ser interessante para o município, mas nesta altura, não lhes parece que possa acontecer tanto mais que têm a PSP em Torres Vedras que tem feito o seu o seu trabalho, para além de não se poderem esquecer que em anos atrás, já houve, até o pensamento e a tentativa que saísse do concelho. Querem manter esta força de segurança e querem articular a existência de uma polícia municipal da melhor forma, mas neste momento, não creem que seja necessário.-----

-----Assim, vão aferir como é a cidade evoluiu, em termos de segurança, mas têm um concelho muito seguro, dito por todas as forças de segurança e por aqueles que já passaram por outros concelhos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Antes de iniciar o período da ordem do dia, **o presidente da Assembleia**, informou que no decorrer dos trabalhos recebeu a notícia que faleceu o primeiro presidente de junta do Turcifal, Manuel Fernando da Silva Pinto, e que seria lavrado em ata um voto de pesar no ponto 10 da ordem de trabalhos a endereçar condolências à família.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

-----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 7 de 18 de dezembro de 2024, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade o texto da ata apresentada. -----

ADMISSIBILIDADE DE ASSUNTO NA ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----De seguida informou que a presidente da Câmara solicitou que fosse aditado à ordem de trabalhos, para tomada de conhecimento, o seguinte ponto a discutir de seguida: Suspensão do regime de uso do solo das áreas urbanizáveis ou de urbanização programadas – Declaração de exceção prevista pelo n.º 5, do art.º 199.º. do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) colocando, ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, **a admissibilidade do assunto na ordem de trabalhos, tendo o plenário autorizado** por maioria, com a abstenção do deputado municipal António João Bastos, que achou que teria cabimento de ser discutido na sequência de 8, porque iria prestar uma informação à assembleia sobre o ponto de situação dos instrumentos de planeamento e da lei dos solos.-----

ADITAMENTO – PONTO 11: -----

PROPOSTA N.º 9/CM/2025 – TOMAR CONHECIMENTO DA SUSPENSÃO DO REGIME DE USO DO SOLO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS OU DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADAS – DECLARAÇÃO DE EXCEÇÃO PREVISTA PELO N.º 5, DO ART.º 199.º. DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (RJIGT):-----

-----Presente ofício número 826, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25/02/2025 a dar conhecimento que o Executivo Municipal, em reunião pública, ordinária de 28/01/2025, tendo por base a informação da Unidade de Planeamento e Informação Territorial, que faz parte integrante do processo, deliberou, por unanimidade, pela não suspensão das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, identificadas no Plano Diretor Municipal, no Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras e no Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente. que tenham adquirido, entretanto as características de solo urbano, conforme previsto no RJIGT e no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08, de acordo com os critérios referidos na citada informação. Para efeitos de eficácia, conforme o n.º 5, do art.º 199.º, do RJIGT, o município, procedeu ao pedido de publicação na 2.ª série do Diário da República da deliberação proferida pela câmara municipal, a qual foi transmitida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo sendo ainda sujeita a publicitação e depósito nos termos previstos no RJIGT. -----

-----Introduzindo o assunto a **presidente da Câmara**, informou que a última alteração ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial com efeitos a 30/12/2204, veio suspender automaticamente todas as operações urbanísticas em solo urbanizável, áreas urbanizáveis, áreas industriais, propostas, áreas de equipamento proposto etc., podendo os municípios, todavia, identificar as áreas que devem ser excecionadas da referida suspensão, dentro daquilo que tinha sido as zonas urbanizáveis por já disporem ou vir a dispor de condições necessárias para serem incluídas no solo urbano. -----

-----De acordo com a proposta apresentada na reunião de câmara do passado dia 28/02 considerou-se estarem nestas condições as áreas já ocupadas, as áreas com compromissos urbanísticos válidos, as áreas propostas como urbanas, nos planos indicados do ofício supra e, portanto, as condições estão definidas e vão ao encontro das orientações mais recentes resultantes da reunião da Comissão Nacional do Território que aconteceu no dia 11/02. -----

-----Para efeitos de eficácia nas áreas a excecionar, a Câmara Municipal deve emitir uma declaração de exceção e mandar publicar em Diário da República. -----

-----Explicou ainda que para este procedimento o regime jurídico nada refere quanto à necessidade de transmissão prévia à Assembleia Municipal, porém, por regra, e princípio, todos os procedimentos que envolve algum tipo de modificação das condições, ou âmbito de aplicação dos planos municipais são transmitidos previamente à Assembleia Municipal para conhecimento ou aprovação consoante a natureza do ato, pelo que, por uma questão de cautela procedimental ou de princípio, vêm dar conhecimento ao plenário da informação relativamente à declaração de exceção que é permitido à Câmara Municipal realizar e mandar publicar em Diário da República. --

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal aprovada

por unanimidade em 28/01/2025, em que deliberou, tendo por base a informação da Unidade de Planeamento e Informação Territorial, datada de 27/01/2025 que faz parte integrante do processo, pela não suspensão das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, identificadas no Plano Diretor Municipal, no Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras e no Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente, que tenham adquirido, entretanto as características de solo urbano, conforme previsto no RJIGT e no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08, de acordo com os critérios referidos na citada informação.----

-----Mais tomou conhecimento que para efeitos de eficácia, conforme o n.º 5, do art.º 199.º, do RJIGT, o município procedeu ao pedido de publicação na 2.ª série do Diário da República da deliberação proferida pela câmara municipal, a qual foi transmitida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), sendo ainda sujeita a publicitação e depósito nos termos previstos no RJIGT. -----

1 - PROPOSTA N.º 01/CM/2025 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, DAS PARCELAS A EXPROPRIAR, NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA “LIGAÇÃO DA A8 À ÁREA EMPRESARIAL DAS PALHAGUEIRAS EM TORRES VEDRAS”: -----

-----Presente ofício número 723 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/02/2025, informar que nos termos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18/09, na sua atual redação, e de acordo com o disposto na alínea vv) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, no exercício da competência decorrente da alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 15/2021, de 23/02, com os fundamentos de facto e de direito constantes da resolução aprovada pela Câmara Municipal da Torres Vedras na sua reunião de 23/12/2024, requer que a Assembleia Municipal de Torres Vedras declare a Utilidade Pública com carácter de urgente, e, conseqüentemente, a posse administrativa, das 58 parcelas de terreno a expropriar, que integram 48 prédios, com a área total de 396.690 m² necessárias à execução do projeto "Ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras", nos termos dos documentos em anexo ao presente ofício, que se consideram parte integrante do processo. -----

-----O **presidente da assembleia** frisou que a Assembleia Municipal podia declarar a utilidade pública das parcelas a expropriar, após uma deliberação do Governo a reconhecer como ação relevante para o interesse público a construção em causa, no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. -----

-----Em complemento a **presidente de Câmara** informou que são 58 parcelas de terreno a expropriar, que integram 48 prédios, e isto são processos que precisam de ser desenvolvidos com urgência e rapidez sendo esta declaração de utilidade pública uma exigência legal para que tal possa ser feito e formalizados os acordos com os proprietários.-----

-----O **deputado municipal João Paulo Reis**, disse que todos esperam que este processo avance

o mais rapidamente possível, questionando se estão acauteladas as serventias para todas as propriedades decorrentes da expropriação para implantação da futura via, de forma a que todos os proprietários vejam salvaguardados o acesso às propriedades e se esses trabalhos já estão previstos na estimativa de custos da empreitada e se vão ser considerados na mesma. -----

-----Em resposta a **presidente da Câmara** assegurou que está tudo acautelado com cada um dos proprietários, e todas as situações serventia foram sendo vistas ao longo do tempo. -----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º, 12.º, n.º 1 e 13.º, números 1 e 2 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18/09, na sua atual redação e artigos 1.º, 2.º, 3.º, números 1, 2 e 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2021, de 23(02, na sua atual redação, no exercício da competência decorrente da alínea b), do n.º 1, do art.º 3.º daquele diploma legal, com os fundamentos de facto e de direito constantes da resolução aprovada pela Câmara Municipal da Torres Vedras na sua reunião de 23 de dezembro de 2024: -----

-----Considerando que: -----

-----I.A Câmara Municipal de Torres Vedras, na sua reunião de 23 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18/09, na sua atual redação e de acordo com disposto na alínea vv), do n.º 1, do art.º 33.º, do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou aprovar a resolução de requerer a declaração de utilidade pública dos prédios urbanos e rústicos necessários à execução da empreitada de construção da Ligação da A8 à Área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras. -----

-----II.Na esteira do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) foi celebrado pelo Município de Torres Vedras um contrato de financiamento para a realização do supramencionado projeto. ---

-----III.O projeto de execução denominado “Ligação da A8 à Área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras” inclui o Plano de Expropriações, aprovado pela Câmara Municipal de Torres Vedras na sua reunião ordinária de 23 de dezembro de 2024. -----

-----IV.Nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 15/2021, de 23/02, na sua redação atual, são consideradas de utilidade pública e com carácter de urgência, nos termos do art.º 15.º do Código das Expropriações, as expropriações dos imóveis e dos direitos inerentes necessários à construção, ampliação, reabilitação ou beneficiação de equipamentos, redes e infraestruturas no âmbito da execução dos investimentos a realizar no quadro das intervenções do PRR, como é o caso do presente projeto. -----

-----V.Tratando-se de uma expropriação de carácter urgente a entidade expropriante está dispensada de adquirir os bens por via do direito privado, conforme decorre do n.º 1 do art.º 11.º do Código das Expropriações a *contrário*. -----

-----VI.Nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2021, de 23/02, na sua redação atual, com a publicação da declaração de utilidade pública é conferida à entidade expropriante a posse administrativa imediata dos bens expropriar, nos termos previstos nos artigos 20.º e seguintes do Código das Expropriações.-----

-----VII.Os encargos que se preveem suportar encontram-se devidamente cabimentados na rubrica 0102/070301 – GOP 3 331 2021/25 13/4.-----

-----VIII.O parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA, IP) estabelece que o presente projeto está dispensado de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). -----

-----IX.O Despacho n.º 14332/2024 do Gabinete do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial e Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 235 de 4 de dezembro de 2024, reconhece como ação de relevante interesse público a construção da ligação da autoestrada A8 (IC 1) à área empresarial de Palhagueiras. -----

-----X.Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5, do art.º 10.º, do Código das Expropriações, foram regularmente notificados os proprietários e interessados, do teor da Resolução de requerer a declaração de utilidade pública, mediante envio de ofício registado com aviso de receção, ou através de edital; -----

-----Deliberou, por unanimidade declarar a Utilidade Pública com carácter urgente, e, conseqüentemente, a posse administrativa, das 58 (cinquenta e oito) parcelas de terreno, que integram 48 (quarenta e oito) prédios, urbanos e rústicos, com a área total de 396.690 m2 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa metros quadrados), destinados à execução da empreitada de construção da Ligação da A8 à Área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras, devidamente identificados através dos documentos anexos à presente deliberação e da qual se consideram parte integrante, cuja declaração será objeto de publicação, nos termos do disposto no art.º 17.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18/09, na sua atual redação.-----

2 - PROPOSTA N.º 02/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofícios número 716 de 13/02/2025 e remeter a 1.ª revisão e número 782 de 19/02/2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras a remeter uma retificação à mesma uma vez que foi conhecido, em data posterior, que a empreitada para a execução da Unidade de Saúde de Runa ficou sem propostas, uma vez que as propostas apresentadas são de valor bastante acima do preço base definido (entre 28% e 59% acima), além de algumas delas não apresentarem todos os documentos obrigatórios e nesta sequência, e de forma a se poder, sem mais delongas, abrir novo procedimento de contratação pública, será necessária a atualização de valores no PPI. -----

-----Assim, tendo presente que a assembleia municipal iria reunir nesta data remete a 1.ª revisão retificada, que foi aprovada 19/02/2025 e será sujeita a ratificação do executivo na reunião a realizar no dia 24/02/2025, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação. -----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que desde logo chamou à atenção da necessidade de terem retificado a revisão aprovada pelo executivo em 11/02/2025, porque em data posterior foi conhecido que a Unidade de Saúde Runa, ficou sem propostas, porque foram apresentados valores bastante acima do preço base e de forma a poderem abrir novo procedimento de contratação pública é necessário atualizar o PPI. -----

-----Ainda relativamente á revisão em causa, para além da integração do saldo gerência orçamental que em 2024 ascendeu a € 14.570.690,24, integra ainda alguma verba a arrecadar, ou seja cerca de € 23.800,62 de uma venda de um lote de terreno, € 100.000,00 de financiamento PRR das despesas com a aquisição de serviços do técnico de cadastro e acertos entre rúbricas das receitas inerentes à descentralização de competências. -----

-----Concluindo anotou que nesta integração do saldo de gerência, foram reforçadas rubricas que em termos de investimentos, correspondem àquilo que pretendiam que fosse feito para que possam fazer face às previsões iniciais.-----

-----O *presidente de Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes* debruçando-se sobre a revisão em análise, assinalou esteve previsto o valor de € 557.000,00 euros para a remodelação da Escola Gaspar Campello, que passou para € 1,00.-----

-----Reforçou que a obra estava prevista inicialmente para o corrente ano, depois falou-se no início de 2026 e esta revisão significa um adiamento claro, para uma obra que é extremamente necessária que se vem a arrastando, a escola tem graves problemas, teve uns remendos em 2021 já por causa de infiltrações, mas de facto, precisa imenso de obras. -----

-----Por esta razão vai votar contra. -----

-----Por sua vez a *deputada municipal Marta Geraldês* referiu que as revisões são normais, esta para integração do saldo de gerência tem que vir todos os anos, a arrecadação de financiamento do PRR também irá acontecer mais vezes, assim como os acertos de rubricas constantes no mapa da lei do Orçamento de Estado, pelo que o PSD nada tem a dizer e o seu voto será de abstenção, à semelhança do sentido de voto do orçamento da Câmara Municipal. -----

-----Aproveitou para agradecer ao presidente da Assembleia Municipal e à presidente da câmara, a informação que lhe chegou, à qual fez uma análise, lembrando que quando aprovaram o orçamento constavam 294 linhas com rúbricas abertas a € 1,00, foram reforçadas apenas 49 rubricas sendo que a maioria delas é de remunerações e prémios de desempenho, sem terem nada a ver com as prometidas obras que vêm sendo trazidas à Assembleia Municipal ao longo dos

anos, como abertura para os processos avançarem, e o ano terminou com 398 rubricas com valores inferiores ou iguais a € 1,00 no universo de 1691.-----

-----Antes de iniciar a sua intervenção o *deputado municipal Rui Prudêncio* deu a boas vinda, em efetividade a partir de agora, à vereadora Dina Almeida e um abraço de amizade, ao ex-vereador Duarte Pacheco, com o qual partilhou muitos anos de delitos na Assembleia da República e também neste plenário se voltaram a cruzar. -----

-----Relativamente ao ponto em discussão observou que resultou da aplicação dos preceitos contabilísticos em vigor na Lei das Finanças Locais e, portanto, vai ao encontro daquilo que também foi aprovado no orçamento, dando cabimentação às verbas arrecadadas e recebidas em projeto e em instituições diferentes e também depois a distribuição pelas rubricas que estavam em aberto, algo que é natural, como também a deputada Marta Geraldês, o referiu, e tem o voto favorável do grupo municipal do PS. -----

-----A *presidente da Câmara* no que concerne à Escola Gaspar Campello esclareceu que o valor que tinham atribuído para lançar o concurso, é muito baixo, e decidiram solicitar informação uma vez que se trata de uma escola incluída na transferência de competências em que o Governo anterior se tinha comprometido a pagar a 100%, ou seja, praticamente a sua recuperação e tiveram a informação que entre março e abril, saberiam qual o procedimento e o meio de financiamento, e estão a aguardar. -----

-----Não se registaram mais intervenções tendo o presidente da mesa colocado o assunto à votação:-----

-----A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2023, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que votou contra José Damas Antunes e abstiveram-se Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, Ana Fiéis, António João Bastos, João Paulo Reis, Artur Corvelo e Carlos Filipe.-----

3 - PROPOSTA N.º 03/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025 - MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2024 E INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2024 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 722 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/02/2025, a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por maioria, em sua reunião de 11/02/2025. -----

-----A *presidente da Câmara* deu nota que a presente revisão contempla a utilização do saldo de

gerência do ano de 2024 no valor de € 7.548.495,00. -----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, no seguimento da intervenção da deputada Marta Geraldês no ponto anterior e tendo em linha o sentido de voto do PSD nas aprovações dos documentos, vão abster-se. -----

----O presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **José Damas Antunes** reportou-se a uma intervenção que houve do público, e vendo que nesta revisão está o saneamento da Carrasqueira, manifestou o desejo que se concretize e desta vez não fique só no papel.-----

----Depois solicitou alguns esclarecimentos no que se refere ao facto de estarem previstos € 200.000,00 euros para a empreitada de “ecocentros de proximidade” e € 50.000,00 euros, para terrenos. -----

----**A presidente da Câmara** informou que esses valores estão relacionados com a melhoria que se pretende para a recolha e acondicionamento dos resíduos sólidos, lembrando que ao longo dos meses, todos têm feito referência à necessidade de haver melhorias. Vão recuperar o ecocentro que existia na Várzea, que funcionou bastante bem, irá ser reativado e que funcionará em simultâneo com o outro ecocentro. -----

----Informou ainda que para além de aquisição de algum material de recolha haverá também melhorias relativamente a A-dos-Cunhados e Silveira naquilo que serão os ecocentros em cada uma dessas freguesias.-----

----A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2023, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, e 8 abstenções, aprovar da 1.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2025 - mapa da demonstração do desempenho orçamental de 2024 e integração do saldo da gerência de execução orçamental de 2024 dos serviços municipalizados de água e saneamento: -----

----Anota-se que se absteram Francisco Corvelo, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, Ana Fiéis, António João Bastos, João Paulo Reis, José Damas Antunes e Pedro Vaza. -----

4 - PROPOSTA N.º 05/CM/2025 - DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFES DE DIVISÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: -----

----Presente ofício número 720 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/02/2025 a dar conhecimento que a câmara municipal, em sua reunião ordinária de 11/02/2025, deliberou propor a designação dos júris dos procedimentos indicados no presente ofício, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29/08, na sua atual redação, que procede à adaptação à administração local do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração

Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15/01.-----

----- **O presidente da Mesa**, tendo presente que as composições dos júris são do conhecimento de todos, disse que se não houvesse dúvidas passariam de imediato à votação.-----

-----Pedi o uso da palavra o *deputado municipal Rui Estrela* que transmitiu que o UTV iria votar a favor, uma vez que é um ato de gestão, e, portanto, nada têm contra esse ato propriamente dito, mas têm alguma coisa a dizer relativamente à intempestividade desse ato.-----

-----Nesta sequência, lembrou que estão a 6 meses do fim do mandato e ainda andam às “cambalhotas” com a orgânica e organizações de serviços, neste caso, dos serviços municipalizados, o que no entender do UTV, como já vêm registando em sessões anteriores é manifestamente a ausência de planeamento adequado e que, de facto, este tipo de alterações deveria ter sido feito no início do mandato, que é quando normalmente as coisas são organizadas para os mandatos de 4 anos.-----

-----Deu nota também que, no que diz respeito às SMAS, foi dada nota pelo executivo no início do mandato, que não iria haver alterações à orgânica, seria a única entidade onde não haveria alterações e foram já feitas 3 e, portanto, só intempestividade, a 6 meses de eleições estarem a fazer alterações e nomeações de cargos, não faz sentido.-----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia municipal nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29/08, na sua atual redação, que procede à adaptação à administração local do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15/01, deliberou designar os seguintes júris dos procedimentos concursais para recrutamento para os cargos de direção intermédia de 2.º grau - chefes de divisão dos serviços municipalizados de água e saneamento de Torres Vedras:-----

----- 1 – Chefe da Divisão Comercial:-----

-----Presidente - Diretora Delegada, em regime de substituição, Sandra Pedro, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Diretor de Departamento da CMTV, Arq.º Jorge Martins.-----

-----Vogais efetivos: Diretor de Departamento da CMTV, Arq.º Jorge Martins e Chefe da Divisão de Exploração de Água e Saneamento dos SMAS, Pascoal de Almeida.-----

-----Vogais suplentes: Chefe da Divisão Financeira e Património dos SMAS, Cláudia Ferreira, e Chefe da Divisão Administrativa dos SMAS, Regina Nifrário Tavares.-----

-----2 - Chefe da Divisão de Estratégia e Inovação:-----

-----Presidente - Diretora Delegada, em regime de substituição, Sandra Pedro, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Diretor de Departamento da CMTV, Arq.º Jorge Martins.-----

-----Vogais efetivos: Diretor de Departamento da CMTV, Arq.º Jorge Martins e Chefe da Divisão de Exploração de Água e Saneamento dos SMAS, Pascoal de Almeida.-----

-----Vogais suplentes: Chefe da Divisão de Gestão de Redes dos SMAS, Afonso Umbelino, e Chefe da Divisão Administrativa dos SMAS, Regina Nifrário Tavares. -----

-----3 - Chefe da Divisão de Resíduos Urbanos: -----

-----Presidente - Diretora Delegada, em regime de substituição, Sandra Pedro, que será substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Diretor de Departamento da CMTV, Arq.º Jorge Martins. -----

-----Vogais efetivos: Diretor de Departamento da CMTV, Arq.º Jorge Martins e Chefe da Divisão de Gestão de Redes dos SMAS, Afonso Umbelino.-----

-----Vogais suplentes: Chefe da Divisão de Exploração de Água e Saneamento dos SMAS, Pascoal de Almeida, e Chefe da Divisão Administrativa dos SMAS, Regina Nifrário Tavares. -----

5 - PROPOSTA N.º 06/CM/2025 - AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 323,75 M2 DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO PARA POSTERIOR PERMUTA COM OLIVIER KUNZLER: -----

-----Presente ofício número 187 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/01/2025 a propor de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 14/01/2025, que a assembleia municipal aprove a desanexação do domínio público para o domínio privado da parcela com 323,75m², sita em Quinta da Caneira, Dois Portos, que confronta a norte, poente e nascente com Olivier Kunzler e a sul com a E.M. 1087, omissa na conservatória do registo predial bem como na repartição do serviço de finanças, à qual foi atribuído o valor de € 670,16, para posterior permuta com Olivier Kunzler com fundamento nos motivos constantes de parecer da divisão de gestão urbanística no âmbito do processo de obras ED/796/2023. -----

-----Tendo em conta que o documento informativo, é suficientemente elucidativo, e não se tendo registado pedidos de intervenção, **o presidente da Mesa** colocou o assunto de imediato à votação.-----

-----Assembleia Municipal, atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, na sua atual redação, deliberou por unanimidade autorizar a desafetação de parcela de terreno, com a área de 323,75 m2 do domínio público para o domínio privado do município, sita em Quinta da Caneira, Dois Portos, que confronta a norte, poente e nascente com Olivier Kunzler e a sul com a E.M. 1087, omissa na conservatória do registo predial bem como na repartição do serviço de finanças, à qual foi atribuído o valor de € 670,16, para posterior permuta com Olivier Kunzler com fundamento nos motivos constantes de parecer da divisão de gestão urbanística no âmbito do processo de obras ED/796/2023. -----

6 - PROPOSTA N.º 07/CM/2025 - AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE

TERRENO COM A ÁREA DE 1.900,00 M² DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO PARA CEDÊNCIA À PARÓQUIA ORTODOXA DE SÃO NICOLAU. -----

-----Presente ofício número 409, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31/01/2025, a propor de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 28/01/2025, que a assembleia municipal aprove a desafetação para domínio privado do município da área de 1.990,00m² sito no Casal das Quartans, cedida ao Município de Torres Vedras como área de equipamento pelo alvará de loteamento n.º 07/2005, que confronta a norte, poente e nascente com arruamento e a sul com Herdeiros de Claudino Inácio Martins da Fonseca, registada na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras na descrição 1907, na Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel), avaliado em € 320.210,90, para cedência à Paróquia Ortodoxa de São Nicolau. -----

-----Foi dado de imediato a palavra ao plenário para se pronunciar, uma vez que a informação sobre o assunto é suficientemente elucidativa e dispensava apresentação. -----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis* indicou que o Grupo Municipal do PSD não tem nada a opor e irá votar favoravelmente, no entanto, tendo em conta que o terreno em causa é para ceder em direito de superfície à paróquia Ortodoxa de São Nicolau em Torres Vedras, gostaria de colocar algumas dúvidas e fazer as seguintes sugestões, desde logo se a cedência do direito de superfície vai ser temporário ou permanente, e em parâmetros. Deverá ficar acautelado que não haja possibilidade de cedência da posição contratual a terceiros, porque já se verificarem em situações anteriores, devendo mesmo ser vedada ou então sujeita a autorização expressa da Câmara Municipal, até sob pena de nulidade e que também fique acautelado mecanismos que garantam que o uso do terreno concedido em superfícies, esteja alinhado com os objetivos que estão previstos, ou seja, para o local de culto da paróquia. -----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* também se pronunciou sobre este assunto assinalando que a colega que o antecedeu de algum modo acabou por esvaziar a sua intervenção porque parecia haver uma contradição nos termos, dado que na informação/parecer se remete para a figura do direito de superfície, enquanto que o assunto que vinha a capear os documentos parecia estar a referir-se a uma cedência do direito de propriedade, que são figuras, são efeitos e são consequências absolutamente distintas, e por outro lado também se deve pensar na valorização ou na desvalorização, porque há formulas pensadas para isto, deste terreno para uma eventual cedência definitiva, sem prejuízo para a entidade pública. -----

-----O *presidente da Mesa* agradeceu as sugestões da deputada, e com a anuência do plenário incluindo a sra. presidente da câmara, colocou o assunto à votação com os considerandos acima identificados.-----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a

desafetação de parcela de terreno com a área de 1.900,00 m² sita no Casal das Quartans, cedida ao Município de Torres Vedras como área de equipamento pelo alvará de loteamento n.º 07/2005, que confronta a norte, poente e nascente com arruamento e a sul com Herdeiros de Claudino Inácio Martins da Fonseca, registada na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras na descrição 1907, na freguesia de Torres Vedras (S. Maria do Castelo e S. Miguel), avaliado em € 320.210,90, do domínio público para o domínio privado do município, para cedência à Paróquia Ortodoxa de São Nicolau, com as seguintes recomendações a constar na escritura de constituição do direito de superfície: o prazo da cedência e parâmetros; não permitir a possibilidade de cedência da posição contratual a terceiros, e contemplar mecanismos que garantam que o uso do terreno cedido esteja alinhado com os objetivos que estão previstos, neste caso, local de culto da paróquia.-----

7 - PROPOSTA N.º 08/CM/2025 - DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL E ACEITAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO EM SEDE IMI E IMT REQUERIDA PELA EMPRESA PAULO SOBRAL AGUIAR UNIPessoal LDA:-----

-----Presente ofício número 186, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/01/2025 a remeter o processo em título, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião de 14/01/2025, tendo em conta o teor da informação do gabinete de apoio às empresas e ao investimento, que faz parte integrante do processo, propondo o reconhecimento do interesse municipal do investimento a efetuar pela empresa Paulo Sobral Aguiar Unipessoal, Lda no concelho de Torres Vedras e, nessa sequência, propor a redução de Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Transações de 42,20%, não sendo de momento possível efetuar uma previsão de diminuição de receita durante os três anos, mas redução de IMT será de € 23.136,00 (redução de 2.743% do total de incidência de IMT de 6,5%) em função do valor de € 850.000,00 previsto para a aquisição do imóvel.-----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que manifestou a satisfação de ver que é uma empresa que se deslocalizou para o concelho e que tem condições de ter um benefício fiscal de 42,2%, em relação ao IMI e ao IMT.-----

-----Não se registaram intervenções tendo o presidente da Mesa colocado o assunto à votação:---

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua deliberação de 22/06/2017, tomada ao abrigo do art.º 16, n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 42/2026 de 28/12, deliberou por unanimidade reconhecer o investimento de interesse municipal e aceitar o benefício fiscal de redução de 42,20% de IMT e IMI relativamente aos prédios utilizados pela empresa Paulo Sobral Aguiar, Unipessoal Lda., sendo o IMI pelo período de vigência de três anos.-----

8 - PROPOSTA N.º 01/AM/2025 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

-----O **presidente da Assembleia** anunciou que neste ponto seriam feitas informações sintéticas sobre o ponto de situação dos trabalhos das respetivas comissões, passando a dar nota que a **Comissão Permanente Saúde**, aprovou, por unanimidade, um conjunto de recomendações, que tiveram origem na Assembleia Municipal Temática sobre saúde, e que seriam apreciadas no ponto 10 da ordem de trabalhos, pelo que não há uma comunicação direta do presidente desta Comissão.-----

Comissão Permanente de Economia e Demografia:-----

-----O *presidente da Comissão*, **José Correia** deu nota que realizaram um conjunto de visitas a entidades com base naquilo que foi acordado numa Assembleia Municipal Temática à Agência Investir, à Escola Agrícola de Runa e têm agenciada de uma visita ao Smart Farm Colab em março, que se localiza em Dois Portos.-----

-----Deu nota ainda que a comissão recolheu um conjunto de dados económico-financeiros sobre atividades económicas do concelho, sobretudo em termos de volumes de negócio e volumes de empresas, através dos quais se percebe que de 2020 para 2023, o volume de vendas das empresas sediadas fiscalmente em Torres Vedras subiram cerca de 40%, ou seja, em 2020, o volume de negócio era um pouco mais de 3 bilhões em 2023, foi de 4, bilhões, colocando Torres Vedras no 22.º concelho com maior volume de vendas no país, imediatamente abaixo de Aveiro e de Coimbra.-----

-----Reforçou que os dados coligidos também revelam que o concelho que tem tido uma evolução espetacular, sobretudo em termos de volume de negócio, as empresas prosperam, e no presente Torres Vedras já está com cerca de 12.600 e que nos últimos 2 anos a 3, tem havido um crescimento exponencial, desse número de empresas, pois tinham cerca 11.000 e agora já são quase nos 13.000, números que estão permanentemente em oscilação com algum significado na casa das centenas entre empresas que são extintas, mas há uma imensidão muito maior da empresas que são criadas, por isso, há sempre um saldo muito positivo.-----

Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território:-----

-----O *presidente da comissão*, **António Bastos**, referiu que desde a Assembleia Municipal de 24/2/2024, em que informou o plenário dos trabalhos, para além a comissão reunir internamente a 18/09/2024, fizeram as seguintes reuniões, 9/04/2024 com a DGU, 19/11 com a DPET, 26/11 com a DGU, 28/01/2025 com a DPET e por fim a 18/02/2025 com a DGU e com a ARURB.-----

-----Assinalou que de um ano a esta parte o mais relevante que aconteceu foi a publicação de dois importantes decretos legislativos, o Simplex que alterou o regime jurídico do licenciamento e a alteração à lei dos solos.-----

-----Em relação ao Simplex, considerou como relevante referir a tentativa de simplificar o procedimento de licenciamento tendo como objetivo disponibilizar mais habitação, e neste

particular, a não necessidade de haver licenciamento no caso de situações serem apenas de obras no interior dos edifícios, na condição de haver um técnico habilitado que certifique que dizer que são cumpridas as normas, não sendo preciso remeter pedido à Câmara.-----

----Em relação à lei dos solos, a recente alteração que tem sido tão falada, veio dizer que acabam-se as áreas urbanizáveis, portanto, passam a haver só áreas urbanas e as áreas rurais, dando um prazo para os PDM se adaptarem a esta nova realidade, e no caso vertente o PDMTV já está adaptada à algum tempo mas não há acordo sobre a Reserva Ecológica Nacional, entre a proposta da Câmara e o que a APA e a CCDR entendem, havendo por isso uns pontos ainda para afinar, que ainda não permitiu a publicação da carta, e a aprovação do PDM de Torres Vedras. ----

----Aproveitou para explicar a polémica relativamente à lei dos solos, porque as pessoas pensam que agora vão poder construir onde quer que seja o que não é verdade, pois o que a lei dos solos diz é tem que haver uma série de condições para se poder construir em solo rural e as condições são proximidade de infraestruturas, ser para habitação pública ou de custos controlados, não se construir no “meio da vinha”, portanto, junto às cidades.-----

----Deu nota ainda que há situações, em que os PDM, como qualquer plano, tem lapsos e pode haver situações evidentes em que poderia ser construído qualquer coisa muito junto às outras casas, em que a alteração da lei dos solos permitirá essa exceção, por isso é que queria que o aditamento à ordem de trabalhos fosse discutido a seguir a este ponto, porque acha que as pessoas tinham percebido muito melhor o que a presidente da Câmara disse há bocado. -----

----Concluindo anotou que o Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, está nesta situação, em que a Câmara Municipal de Torres Vedras vai excepcionar, ou seja, é como se fosse uma pré aprovação do PDM, no que respeita às áreas urbanas, liberta quase os solos, este trabalho já está feito, portanto, algumas áreas urbanizáveis vão sair, mas as que estão junto às aldeias e nos interstícios das casas vão ficar.-----

Comissão de sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente: -----

----O *presidente da comissão, David Lopes* começou por informar que na passada segunda-feira fizeram novamente uma visita às obras da Linha do Oeste, desta vez acompanhados pelo vereador Francisco Martins, pelo presidente da Assembleia Municipal, por membros da Comissão Permanente de Líderes e dos seus colegas, presidentes de Junta de Campelos/Outeiro da Cabeça, Ramalhal e Dois Portos/Runa. -----

----Assinalou que esta visita acaba por ser um passo importante nos trabalhos, porque vão acompanhando a obra, no sentido de elaborar um relatório que depois será enviada ao presidente da assembleia. -----

----No decurso dos trabalhos a comissão também reuniu com o vereador Francisco Martins, que lhes apresentou estudos prévios e propostas de projetos para a requalificação das ruas Teresa de

Jesus Pereira, Henriques Nogueira, Cândido dos Reis, Bairro Novo, e para a Avenida General Humberto Delgado. Também abordaram, na escola da Silveira, principalmente a parte dos acessos e dos estacionamento e a variante A8/Palhagueiras. -----

-----Na parte dos modos suaves, trotinetes e agostinhos, informou que recentemente reuniram com a empresa municipal Promotorres que lhes fez uma exposição sobre o estado deste projeto, sobre os modelos de negócio que pretendem seguir e abordar no futuro, que foi muito elucidativa.

-----Igualmente se têm debruçado sobre o serviço público de transporte de passageiros, e nesse sentido têm falado sobre o terminal, sobre as operadoras, mas também sobre a fixação de informação dos transportes existentes, que já vem a ser divulgada pelo concelho e também algum acompanhamento, nesta fase, da proposta de aquisição da empresa transportes pela OesteCIM sobre o qual estão expectantes e a aguardar os próximos passos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9 - PROPOSTA N.º 02/AM/2025 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

-----Presente informação em título datada de 21 de fevereiro de 2025, reportada ao período entre 1/12/2024 a 1/01/2025 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 13.940.227,79 e € 1.188.945,78 de dívidas a fornecedores.-----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos* indicou que a sua questão vem no seguimento do que ouviram hoje por parte da cidadã que se veio queixar da atuação da Promotorres, mas também vem no seguimento da sua intervenção no período antes da ordem do dia no sentido de que uma polícia municipal poderia tratar destes assuntos e a Promotorres, estar verdadeiramente vocacionada para aquilo que foi construída, que é promoção de Torres Vedras.-----

-----Sabem e não é nada de novo, pois o que ouviram hoje sobre a atuação Promotorres a nível de fiscalização ouve-se todos os dias, ouvem-se queixas de má atuação, de mau desempenho. ---

-----Neste contexto gostaria de saber o que a edil tem a dizer acerca do assunto, se acha que está tudo bem, está tudo dentro do normal, pois considera que esta queixa é mais uma justificação, para onde poderia a polícia municipal estar inclinada, ou estar em atividade. Sabem que há custos e envolve uma série de coisas, mas gostaria também de saber o que se poderia alterar, porque não devem só reagir, mas no momento agir e quando há municípios iguais a agir, e a criar essa dita unidade de polícia municipal, a razão de continuar a achar que está tudo bem. ----

-----O *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vaza* começou por se congratular com o facto de a Câmara Municipal ir reativar o ecocentro da várzea, mas não havendo dados sobre o que é que se vai fazer, considera que seria importante que aceitasse aqueles resíduos que a Valorsul não aceita. -----

-----De seguida deu nota que a junta que preside foi abordado por uma associação da freguesia,

que se candidatou à Plataforma a Ação Climática Torres Vedras, com o objetivo de contribuir para a implementação de ações de adaptação às alterações climáticas no contexto dos cenários climáticos e atuar ao nível da redução das vulnerabilidades potenciadas pelos impactos das alterações climáticas no concelho de Torres, entre outros, que tem uma dotação financeira de € 30.000,00, presumindo que na totalidade financiados pela Fundação Caluste Gulbenkien. O prazo de prazo de submissão, era até às 17 horas no dia 3/01/2025, foi publicitado no dia 5/11/2024, e que por decisão da Comissão de Avaliação foi prorrogado até às 23h 59m do dia 19/01/2025.-----

-----Deu nota ainda que até ao dia 3/01 foram rececionadas 11 candidaturas, das quais só uma foi excluída, mas entraram mais 8 após a prorrogação do prazo, ou seja, dessas 10 primeiras houve 2 que foram contempladas nos 6 primeiros classificados e dessas 8 que entraram depois do dia 3, entraram 4.-----

-----Face ao exposto, e porque a associação achou injusto, e ele também, vinha questionar a razão de não terem sido penalizadas as candidaturas que não cumpriram os prazos.-----

-----A associação da freguesia que preside ficou em 7.º quando uma das que foi apurada, foi entregue no dia 19 e outra a 17, perderam por 3 décimas, mas se tivesse havido algum cuidado nesta situação, provavelmente estas teriam alguma penalização, o que de alguma forma os confortava e dava justiça.-----

-----Por último disse não ter percebido a razão de ter havido prorrogação de prazo, quando havia condições para, dentro daquelas 10, consumir o valor que estava proposto.-----

-----A **presidente da Câmara** quanto à questão do autarca Pedro Vaza, relativamente ao concurso “Ação Climática e Participação Pública” informou existe um regulamento que define as normas de funcionamento e participação na plataforma, que prevê o prazo de 10 dias para os interessados reclamarem e devem exercer esse direito.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado Lídio Santos, sobre a questão da atuação da Promotores e a questão da polícia municipal, pensa que há muito trabalho a fazer no concelho, naquilo que diz respeito à organização do estacionamento e à fiscalização pois há coisas que estão bem e outras que não estão, e há alterações significativas que devem ser feitas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

9.1 - PROPOSTA N.º 03/AM/2025 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela câmara municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta

anexa ao livro das atas:-----
-----Ofício número 6636 de 27/12/2024 – deliberação de 23/12/2024; ofício número 190 de 16/01/2025 – deliberação de 14/01/2025; ofício número 410 de 31/01/2025 – deliberação de 28/01/2025 e ofício número 718 de 13/02/2025 – deliberação de 11/02/2025.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9.2 - PROPOSTA N.º 04/AM/2025 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

10 - PROPOSTA N.º 05/AM/2025 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 188 de 16/01/2025 – deliberação de 14/01/2025:-----

-----Freguesia de Turcifal - € 5.400,00 – no âmbito da utilização da Piscina da Quinta de Fez pelas crianças e monitores no Tempo de Férias de Verão.-----

-----Ofício número 6639 de 27/12/2024 – deliberação de 23/12/2024:-----

-----Freguesia de Ponte do Rol - € 30.000,00 - para aquisição do prédio urbano, com a área de 400m², moinho e logradouro, localizado na Rua dos Moinhos na localidade de Gondruzeira, com o artigo matricial 279-----

-----União das Freguesias de Dois Portos e Runa - € 5.000,00 - para o Projeto Psicologia nas Escolas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10 - PROPOSTA N.º 05/AM/2025 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----O presidente da Mesa anunciou que a moção seria lida pelo seu proponente, que faria de seguida uma breve introdução.-----

MOÇÃO – DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS:-----

-----“Considerando as votações por unanimidade e aclamação que as propostas de desagregação das freguesias de Maceira da União de freguesias de A-dos-Cunhados/Maceira e de Runa da União de freguesias de Runa/Dois Portos bem como da União de freguesias da cidade (Sta.Maria e S.Pedro) com a freguesia rural de Matacães (que não veio a ser aprovada em sede de AR) mereceram por parte desta Assembleia,-----

-----Considerando o veto do Senhor Presidente da República quanto á promulgação da Lei de desagregação das freguesias aprovadas em sede Parlamentar,-----

-----Considerando que não há razões nem argumentos plausíveis para não dar concretização à reposição das freguesias.-----

-----Considerando que há todas as condições para, dentro dos prazos legais, a Assembleia da República confirmar o diploma e fazer justiça às populações e ao seu direito de ver a sua

freguesia e órgãos representativos de volta com o que significa de proximidade, participação democrática e melhor resposta aos problemas, -----

-----A Assembleia Municipal-----

-----Apela a todos os grupos parlamentares que reapreciem positivamente a proposta de Lei em questão de modo a que seja reenviada para promulgação por parte do Senhor Presidente da República, permitindo que a reposição das freguesias extintas ocorra dentro dos prazos previstos permitindo a eleição dos seus órgãos autárquicos respetivos nas próximas eleições autárquicas. --

-----Que a presente moção seja enviada ao Sr. Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. -----

-----O Grupo Municipal do PCP-----

-----Francisco Corvelo” -----

-----**O proponente** frisou que através desta moção, é importante que façam ver que estão muito atentos e estiveram sempre muito atentos e que ao reafirmar esta posição de apoio a esta desagregação das freguesias, demonstrem que a votação por unanimidade e aclamação não foi uma obra do acaso, foi pensada, foi devidamente ponderada. -----

-----Em relação àquilo que tem vindo a público da posição dos partidos que aprovaram esta lei, tudo os leva a crer que a mesma seja aprovada e que daí poder-se-ia pensar que seria dispensável propor esta moção e fazer este apelo, mas pensa que será uma forma, até de conforto dos próprios deputados que irão votar e dos partidos que já manifestaram que irão reconfirmar esta lei, ter este apoio e apelo da Assembleia Municipal. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* fez notar que, sem qualquer desprimor para o deputado do PCP, esta proposta é um pouco recorrente até porque o debate está agendado para dia 5 de março, e o PS e o PSD em momentos diferentes é certo, atentas as razões do Presidente da República, já deu a entender, nomeadamente o PSD, pelo seu líder parlamentar, que iria reconfirmar a lei.-----

-----O grupo municipal que lidera vai votar a favor, mas queria deixar a nota que na primeira fase a envolvência do deputado do PSD foi importante, nomeadamente quanto à Freguesia da Maceira, para que o processo das duas desagregações tivesse efetividade, pois esta freguesia não estava na primeira lista e depois felizmente foi possível, portanto por empenhamento do PSD de Torres Vedras.-----

-----O *deputado municipal Carlos Filipe* interveio para mencionar que o CHEGA vai votar a favor desta moção, mas preferia que fosse a Assembleia Municipal a apresentá-la. -----

-----Por sua vez o *deputado municipal Vale Paulos* disse que gostaria de afirmar a concordância com a moção em discussão, em semelhança das moções enviadas ao Parlamento, pelas Assembleias de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e também, de Dois Portos e Runa.-----

-----Afirmou que a moção em apreciação, reflete o desejo das populações, de Runa e Dois Portos, bem como, está certo, de Maceira e A-dos-Cunhados, da aprovação do projeto lei que estabelece a desagregações das freguesias que obteve o Veto Presidencial para que o parlamento o reenvie ao Presidente da República para promulgação e posterior publicação. -----

-----Deu nota ainda que segundo esse projeto lei segue-se a eleição das Comissões de Extinção para iniciarem os trabalhos de atualização de mapas de pessoal, património, direitos e obrigações, partilha dos bens e funcionários de cada freguesia a aprovar até 31 de maio de 2025. -----

-----Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que as freguesias agora em processo de desagregação lhe devem um agradecimento especial, pois não sendo abrigado a fazê-lo, sempre se disponibilizou para ajudar as diversas comissões de desagregação a apresentar o processo à Assembleia da República, expressando a gratidão de todos ao trabalho desenvolvido e acrescentou que agora só falta concluir o processo com as Comissões de Extinção e Instalação, estando certo que, o seu apoio será importantíssimo para se chegar a soluções de equilíbrio, de consenso e de satisfação entre as partes e será determinante como fiel da balança para contento de todos. -----

-----Reportando-se à Freguesia de Runa, lembrou que depois de doze anos de luta por uma união indesejada, desde sempre, defenderam a manutenção das 20 freguesias e que não haja dúvidas.

-----Saúdam a nova lei que permitiu à Assembleia de Freguesia atual, com a colaboração de um grupo de eleitores, a elaboração do processo de desagregação excelentemente fundamentado, aprovado pelas Assembleias de Freguesia e Municipal, culminando com a aprovação da Assembleia da República no passado dia 17 de janeiro e está convicto, que a 5 de março voltará a ser aprovada. -----

-----Concluiu reforçando que finalmente fez-se história porque as origens das freguesias foram restauradas. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a moção em título. -----

-----O **presidente da Mesa** informou que de seguida iriam apreciar um conjunto recomendações, aprovadas por unanimidade pela Comissão Permanente de Saúde, que seriam apresentadas pelo seu presidente. -----

-----O presidente da comissão **Rui Prudêncio**, antes de passar à leitura das recomendações agradeceu aos serviços que os acompanharam em todo este processo, dando nota que as mesmas resultaram da Assembleia Municipal Temática realizada em outubro do ano transato sobre o acesso aos cuidados de saúde e dentro dos temas que foram discutidos, a comissão elaborou 6 recomendações, que foram votadas por unanimidade pois de outra forma não faria sentido trazê-las. -----

RECOMENDAÇÃO – TELECONSULTA E TELEMONITORIZAÇÃO: -----

----- “Sob Proposta da Comissão Permanente de Saúde na sequência da Assembleia Municipal Temática sobre “Acesso aos Cuidados de Saúde”, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sua sessão ordinária de 26 de fevereiro, recomenda que a Câmara Municipal apoie a expansão da rede de teleconsulta e telemonitorização.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a recomendação em título. -----

RECOMENDAÇÃO – CONSULTAS ESPECIALIZADAS: -----

----- “Sob Proposta da Comissão Permanente de Saúde na sequência da Assembleia Municipal Temática sobre “Acesso aos Cuidados de Saúde”, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sua sessão ordinária de 26 de fevereiro, recomenda à Unidade Local de Saúde do Oeste (ULS) o aumento das especialidades disponibilizadas e a expansão territorial de consultas que satisfaçam a procura no concelho.” -----

----- O presidente da comissão **Rui Prudêncio** registou que esta recomendação tem como base da necessidade da ULS do Oeste disponibilizar mais consultas especializadas, pois são muitas vezes reencaminhados para outras unidades de saúde, e que as próprias consultas de especialidade sejam também possíveis de ser de alguma forma disponibilizadas, fora das 3 unidades que fazem parte da ULS, ou seja do fora dos hospitais das Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a recomendação em título. -----

RECOMENDAÇÃO – INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS: -----

----- “Sob Proposta da Comissão Permanente de Saúde na sequência da Assembleia Municipal Temática sobre “Acesso aos Cuidados de Saúde”, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sua sessão ordinária de 26 de fevereiro, recomenda que a Câmara Municipal agencie incentivos específicos ao investimento na criação de unidades de cuidados paliativos cuja oferta se considera inexistente.” -----

----- O **presidente da comissão** deu nota que se recomenda, que a câmara municipal crie um grupo de trabalho que também acolha membros da Comissão de Saúde e, de alguma forma, possam avaliar, estudar, fazer algum *benchmarking* com outras localidades que introduziram este conceito e depois verem o que é que faz sentido fazer e trazer, depois, à Assembleia Municipal esse trabalho. -----

----- O **deputado municipal Rui Estrela** interveio no sentido de informar que o UTV iria acompanhar favoravelmente esta recomendação, tal como as restantes, mas sobre esta em particular, talvez por ser tempo de Carnaval, parece uma brincadeira, porque o PS, já expressou ao plenário através do líder do grupo, palavras em contradição e oposição total, àquilo que o UTV defende, desde o início do mandato. -----

----- Sabem também que outras forças políticas já o faziam, mas o UTV veio fazê-lo também, já

tendo trazido esta assembleia, uma proposta que os vereadores deste movimento no Executivo também tinham apresentado para que o Centro de Saúde da Ventosa fosse aberto com uma equipa que estava constituída e em plenário foi-lhes dito que era ilegal, que não se podia fazer, apresentaram exemplos, inclusive daquilo que é feita em outros locais e hoje aparece pela boca do senhor deputado Rui Prudêncio esta proposta. É “magnífico”. -----

-----Acrescentou que passaram 4 anos, a proposta é de uma comissão ele lidera, com o voto dele lembrando que o presidente da junta da Ponte Rol faz isto há não sei quantos anos e até ele na altura recomendou que lhe perguntassem como é que isto se faz e, portanto, é uma brincadeira, aquilo que estão a assistir, mas obviamente que o UTV votará com todo o gosto, esta recomendação, favoravelmente.-----

-----Por sua vez o *deputado municipal* **Pedro Castelo** antes de se debruçar sobre as palavras do deputado Rui Estrela, quis assinalar que esta questão dos incentivos aos médicos de família já não vem deste mandato, ou seja reporta-se há muitos, muitos, anos atrás, quando houve pessoas entre as quais se inclui que lutaram, primaram, tentaram, que o Executivo Municipal pudesse arranjar incentivos à fixação dos médicos de família. Portanto, aquilo que o UTV fez neste mandato não foi propriamente uma novidade, já outros tinham feito antes.-----

-----Quis também assinalar que nesta comissão da qual faz parte, a recomendação em apreço não foi propriamente uma proposta do deputado Rui Prudêncio, nem como deputado, nem como líder da comissão, isto foi uma votação unânime da Comissão Permanente de Saúde, e foi a seu ver, o primeiro passo que não foi fácil, mas foi o primeiro passo, para que se crie um regulamento para estudar estes incentivos que tanta falta fazem ao concelho. -----

-----Acrescentou que há algo que a seu ver carece também de figurar nesta recomendação, uma vez que, como estão em fim de mandato e o tempo urge, propunha que este grupo de trabalho fosse criado no prazo máximo de 30 dias, de forma a acelerar as coisas e também para que não fiquem esquecidas, deixando esta proposta para que pudesse ser votada.-----

----- **O presidente da Assembleia** aproveitou para referir que as recomendações aprovadas na Assembleia Municipal, são enviadas para a Câmara Municipal que as pode acolher ou não alertando para a necessidade de terem o cuidado de natureza institucional de não poderem fazer a agenda do executivo, como também não aceitam que o que o executivo faça a agenda da assembleia. -----

-----Uma vez que o deputado municipal Rui Estrela colocou algumas questões relativamente à sua posição, o *deputado municipal* **Rui Prudêncio** pediu a palavra para confirmar tudo aquilo que está em ata e o que disse até hoje, porque aquilo que hoje estão a discutir não tem nada a ver com aquilo que tem sido proposto, pois hoje estão a aprovar a criação de um grupo de trabalho que vá avaliar, estudar a possibilidade de existência ou não. -----

-----Fez notar que o deputado está a tirar já conclusões de um grupo de trabalho que ainda não foi constituído, que ainda não avaliou nem estudou e se estão a falar de coisas sérias, não pode mencionar o “Carnaval nem brincadeiras”. O que estão a propor é aquilo que foi aprovado por unanimidade na comissão, é que se crie um grupo de trabalho que estude esta questão da eventualidade de se criar um regulamento de incentivos para a fixação de médicos. -----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** disse que não participou nas duas últimas reuniões da comissão, por dificuldade de agenda, mas esteve em conexão com as decisões que foram tomadas e esta intervenção do colega Rui Prudêncio não lhe agradou. -----

-----Reforçou que lhe fez lembrar o já falecido, António Carneiro e o José Augusto de Carvalho que diziam “quando, não se quer resolver nada faz-se uma comissão”, e deste modo recusa-se a votar o texto como está, propondo aditar à recomendação, “com 30 dias”, porque o que o colega disse é que se vai estudar, estudar, estudar, então isso é não fazer nada. -----

-----Tentando responder ao deputado Rui Estrela, porque o deputado municipal Pedro Castelo tem razão e é factual, na comissão de saúde, no mandato anterior, propuseram várias vezes e foi sempre recusado a questão dos incentivos, não é deste mandato, vem de há longos anos. -----

-----Reafirmou que esta resposta do deputado Rui Prudêncio não lhe agradou mesmo nada e se a génese do PS é aprovar isto para não fazer nada, então não vale a pena votarem. -----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** interveio no sentido de lembrar que esta recomendação foi amplamente debatida e muito ponderada no seio da comissão de saúde. Ouviu a intervenção do deputado municipal Rui Estrela e também ficou com a ideia que estava a propor uma coisa completamente diferente, não é nada daquilo que consta desta recomendação, são coisas completamente distintas. Para além disso, discorda com aquilo que o senhor deputado Rui Estrela pretendeu propor, mas concorda com o texto da recomendação, pois efetivamente aquilo que podem fazer é uma recomendação à Câmara Municipal para que este grupo de trabalho desenvolva o seu trabalho e proponha incentivos concretos. -----

-----Pronunciou-se novamente o *deputado municipal* **Pedro Castelo** para assinalar que há 2 coisas na política manifestamente diferentes, uma coisa é o que querem, outra coisa o que podem e de facto há muitos, muitos anos, a esta parte que alguns, neste plenário, lutam para criação de incentivos à fixação dos médicos de família, e como já foi difícil trazer hoje esta recomendação, se não a votarem será o maior trunfo que se pode dar ao Partido Socialista, sendo esta mensagem que queria passar ao deputado Luis Carlos Lopes. -----

-----Como disse o Presidente da Assembleia e muito bem fazer, não se pode fazer a agenda da Câmara Municipal de Torres Vedras, mas podem nas próximas assembleias municipais, perguntar sempre pela criação deste grupo de trabalho, e nesse sentido é o primeiro passo, um passo pequeno em direção a algo que muitos quiseram ao longo do tempo e, portanto, seria um erro

crasso alguém não votar esta recomendação.-----

----Ainda sobre esta questão o *deputado municipal Rui Estrela* lembrou que o UTV se congratulou com a existência desta recomendação e também disse que já antes deles alguém mencionava este tema na Assembleia.-----

----Lembrou ainda ao deputado Rui Prudêncio que a título de exemplo pode ler a ata número 1 de 28/2/2023, porque aquilo que disse está lá expresso, porque há mais.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a recomendação em título.-----

RECOMENDAÇÃO – CUIDADOS PALIATIVOS:-----

----“Sob Proposta da Comissão Permanente de Saúde na sequência da Assembleia Municipal Temática sobre “Acesso aos Cuidados de Saúde”, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sua sessão ordinária de 26 de fevereiro, recomenda que a Câmara Municipal agencie incentivos específicos ao investimento na criação de unidades de cuidados paliativos cuja oferta se considera inexistente.”-----

----**O presidente da comissão** fez notar que esta é uma área, inexistente, não existe, e não existe só no concelho de Torres Vedras, como também não existe no distrito Lisboa, e é extremamente difícil, algum promotor, algum investidor no distrito Lisboa, conseguir, com as condições atuais, desenvolver um projeto dentro desta área.-----

----Assim e, à semelhança de um outro regulamento que a Câmara Municipal já tem no que concerne a incentivo à fixação de empresas, que de alguma forma, possa agenciar, possa criar um regulamento de incentivos específicos a esta área, porque também uma área específica que requer exigências diferenciadas de uma empresa normal e que, de alguma forma, possam marcar o território e o concelho de Torres Vedras com uma área disponível para este tipo de investimento.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a recomendação em título.-----

RECOMENDAÇÃO – EQUIPA COMUNITÁRIA DE SUPORTE EM CUIDADOS PALIATIVOS:-----

----“Sob Proposta da Comissão Permanente de Saúde na sequência da Assembleia Municipal Temática sobre “Acesso aos Cuidados de Saúde”, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sua sessão ordinária de 26 de fevereiro, recomenda à Câmara Municipal que promova e apoie a Unidade Local de Saúde do Oeste na expansão e reforço da Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos, garantindo uma resposta territorial mais abrangente.”-----

----O **presidente da comissão** explicou que a Unidade Local de Saúde Oeste já tem uma equipa dentro desta área e o que recomendam à câmara é que em conjunto com a mesma, possa haver algumas sinergias, por forma a que esta equipa possa ser mais abrangente, possa crescer e possa abranger todo o território.-----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a recomendação em título.-----

RECOMENDAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS CUIDADORES INFORMAIS:-----

-----“Sob Proposta da Comissão Permanente de Saúde na sequência da Assembleia Municipal Temática sobre “Acesso aos Cuidados de Saúde”, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sua sessão ordinária de 26 de fevereiro, recomenda à Câmara Municipal que crie uma solução de apoio e capacitação de cuidadores informais.” -----

-----O **presidente da comissão** disse que detetaram e de alguma forma lhes fizeram chegar que existem muitos cuidadores informais que não têm conhecimento dos seus direitos e dos direitos dos próprios doentes que eles cuidam pelo que, recomendam que de alguma forma a Câmara municipal, em conjunto com a segurança social, e também com juntas de freguesia, possa disponibilizar a essas pessoas informação contextualizada, concisa, direta, lembrando que são as populações mais desfavorecidas que tem muita dificuldade em aceder à informação e de alguma forma também disponibilizar algum tipo de apoio a estes cuidadores.-----

-----Referiu que dava por terminado a apresentação das recomendações que a comissão de saúde desenvolveu ao longo deste tempo, foi um processo, nem simples, nem fácil, nem difícil, foi um processo natural, normal, pois quando procuram encontrar soluções para as populações, é mais fácil também encontrar estes consensos.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a moção em título.-----

-----Uma vez aprovadas todas as recomendações, foi dada a palavra ao plenário, uma vez que vários deputados municipais solicitaram ao presidente da Mesa para tecer considerações gerais sobre a temática: -----

-----A *deputada municipal Ana Fiéis*, aludindo às recomendações que foram aprovadas por unanimidade na comissão, frisou que não foram fáceis, mas foram em prol em prol do concelho, e não podem permanecer apenas no papel, é fundamental que as mesmas sejam implementadas com urgência e a responsabilidade que a situação exige. A saúde do concelho depende de ações concretas e a Câmara Municipal desempenha um papel crucial nesse processo, seja através da sua intervenção direta, seja sensibilizando as entidades competentes para a necessidade de agir.

-----Em particular à recomendação que propõe a constituição de um grupo de trabalho para definir os incentivos à fixação de médicos, que no seu entender, merece especial atenção, fez notar ser essencial que este processo avance com a celeridade necessária, garantindo que num prazo razoável, se possam alcançar soluções concretas.-----

-----Assim, acreditam que a constituição deste grupo, no período máximo de 30 dias seria um passo importante para responder a esta necessidade e esperam por isso que a câmara municipal, não só acolha estas recomendações, mas que também dê boa conta das diligências que encetar, garantindo transparência, eficácia e resultados reais para a população.-----

-----O *presidente de junta da união de freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes*, interveio no sentido de dizer que grande parte destas recomendações se

encaixam, no Conselho Municipal de Saúde, do qual faz parte como representante das freguesias do município, mas que após a aprovação do regimento reuniu uma única vez em 2024, apesar de o mesmo definir que reúne ordinariamente duas vezes por ano. -----

----Assim aproveitou para deixar esta recomendação pessoal, porque acha que desta forma não vale a pena fazer parte deste conselho, no sentido de sensibilizar a autarquia até porque provavelmente o mesmo terá que sofrer alterações na sua constituição porque algumas entidades que faziam parte foram substituídas pela ULS Oeste. -----

----A *deputada municipal **Manuela Pacheco***, disse que na sequência das recomendações da Comissão Permanente Saúde, da qual faz parte, gostaria de deixar umas breves notas.-----

----Assim, sinalizou que na Assembleia Temática sobre Saúde, do passado dia 26 de outubro, foi demonstrada a necessidade e a mais valia da inclusão dos serviços farmacêuticos realizados nas farmácias comunitárias por farmacêuticos devidamente habilitados em cooperação e colaboração com os outros agentes de saúde local, entre eles médicos, enfermeiros, a ULS do Oeste, contribuindo assim para um descongestionamento dos cuidados de saúde primários já tão sobrecarregados no nosso concelho. -----

----Embora não tenha sido devidamente reconhecido essa necessidade e valorizada a profissão farmacêutica, congratulou-se pela decisão do Ministério da Saúde ao ouvir dizer no dia anterior a secretária de Estado, no seu discurso de encerramento da tomada de posse do Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, e que passou a citar “está quase concluído o despacho que envolvendo as ordens profissionais, Infarmed e Direção-Geral de Saúde, que cria condições para avaliar a possibilidade de se poderem tratar nas farmácias situações ligeiras, como, por exemplo, algumas infeções urinárias”. -----

----Reforçou que serão intervenções que têm de obedecer a protocolos previamente desenvolvidos, envolvendo todas as entidades relevantes e, para além da robustez técnica destes, terá de haver um sistema de informação de suporte que permita acesso a dados e partilha de informação entre os profissionais. Foi ainda dito e passou a citar “Portugal não está a acompanhar o que se está a passar a nível europeu, e nos países mais envolvidos fora da União Europeia, como a Suíça, Austrália, o Canadá”. -----

----Referiu ainda que desta intervenção fica um sentimento de reconhecimento e outro de tristeza. O primeiro por finalmente a classe ser tratada com respeito pelo Governo Central e um segundo por no concelho que representa, não seja feita menção de utilização dos serviços de proximidade que as farmácias representam, demonstrando desprezo e insegurança pelos mesmos. Era bom serem mais visionários e acreditar que nos tempos que correm é importante a mudança. -----

----Também a ***presidente da Câmara*** pediu a palavra, desde logo para voltar a saudar a

realização das assembleias temáticas, que foram foi uma inovação que vale a pena continuar. -----

-----Relativamente às recomendações em apreço, serão analisadas pelo executivo com a maior atenção, detalhe e cuidado, adiantando que a prática habitual é a colaboração direta da autarquia com a ULS do Oeste, e intervir ao nível da melhoria das condições de funcionamento, dos espaços de saúde e espaços hospitalares o que, de uma forma geral, é muito bem acolhido pela unidade local de saúde e pelas populações. -----

-----No tocante a algumas destas recomendações, apontou que têm projetos que estão já em funcionamento, nomeadamente naquilo que diz respeito à “teleconsulta e telemonitorização”, assim como no que concerne à “capacitação dos cuidadores informais”, e pediu que o presidente da Mesa desse a palavra, à vereadora Ana Umbelino que tem tutelado a área social, e as comissões sociais que têm trabalhado este tipo de projetos. -----

-----A **vereadora Ana Umbelino** começou por indicar que todas estas recomendações transitarão para a câmara municipal, serão nessa sede apreciadas e tentar-se-á dar corpo às que farão sentido e todas elas lhe parecem fazer sentido.-----

-----De forma muito breve no que diz respeito à “teleconsulta e telemonitorização”, deu nota que de facto a telemedicina está já ser implementada no âmbito dos cuidados de saúde primários em algumas unidades de saúde familiares. O papel da Câmara Municipal e nomeadamente da rede social, que é uma plataforma multinível com 110 parceiros que agrega entidades públicas, entidades privadas, e de economia social, foi essencialmente há uns anos atrás procurar mostrar a viabilidade deste sistema e nesse sentido realizaram uma parceria com o Fórum Saúde 21, com uma empresa denominada Knox e com duas IPSS, permitindo testar este modelo de telemedicina, usando o método experimental com um grupo de controlo, um grupo experimental procurando colher evidências e mostrar que este é um sistema fiável e têm nota, que está a ser generalizado progressivamente a nível do concelho e, por isso, a telemedicina está em expansão. -----

-----No que respeita à telemonitorização, recentemente por proposta do PS, o executivo aprovou por unanimidade, a implementação de um programa de teleassistência em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, e, por isso, vão a partir do dia 1 de março, abrir uma fase de candidaturas, sendo que este programa congrega uma melhoria muito alargada de serviços incluindo também as teleconsultas, em alguns casos e com alguns limites. -----

-----Deu nota ainda que existe uma nota informativa no site da câmara municipal que explica, precisamente todos os serviços estão agregados na teleassistência, e o propósito do programa é fazer com que pessoas mais velhas ou com algum nível de dependência possam permanecer mais tempo, em meio natural de vida evitando a institucionalização, e vai ser testado através de um ano piloto que se iniciará precisamente em março.-----

-----Sobre o apoio e capacitação dos cuidadores informais, aproveitou para referir que os

cuidadores formais que são aqueles que, grosso modo, intervêm em instituições particulares de solidariedade social, na rede solidária e que prestam assistência, não só pessoas mais velhas, mas também a pessoas com deficiência, têm, de facto, um plano de capacitação, já muito antigo e regular que é desenvolvido pela rede social. -----

-----Em relação aos cuidadores informais, procuram disseminar a informação e capacitá-los, desde logo, uma vez mais, através da rede social, que é uma plataforma multinível que é territorializada e está organizado em comissões de freguesia, comissões interfreguesias, e, por isso, agrega todos os parceiros, tem uma composição intersectorial e esses parceiros são mediadores, ou seja, fazem chegar a informação a quem dela pode necessitar, porque sabem que há informação essencial para a acessibilidade aos serviços. -----

-----Deu nota ainda que na última reunião do executivo da rede social, foi decidido fazer-se uma caravana no sentido de ir a todas as juntas de freguesia, prestando informação, voltando a veicular informação sobre os programas que existem destinados às pessoas mais velhas, e no núcleo executivo da rede social, têm um representante das juntas de freguesia que é o Nuno Cosme e essa operação está agora a ser combinada. -----

-----Informou ainda que paralelamente a câmara municipal, no ano transato, encetou uma rubrica denominada “A arte de cuidar” em que apresenta todas as respostas que estão a ser implementadas no concelho destinadas à população mais velha, exatamente com propósito, de aumentar a literacia das pessoas e muito particularmente, dos cuidadores informais relativamente às opções que tem à sua a sua disposição. -----

-----Para além disso, deu nota de que o município também apoia projetos que são desenvolvidos por organizações da economia social, como é o caso da APECI, através do programa “Cuidadosamente” que é um programa especificamente dirigido cuidadores informais de pessoas com deficiência e que dispõe de uma equipa multidisciplinar, incluindo psicólogos, tem uma comunidade de práticas, exatamente para também potenciar o conhecimento que todas estas pessoas vão desenvolvendo empiricamente, um projeto que está muito bem avaliado e existem dados quantitativos e qualitativos que mostram o seu o seu impacto. -----

-----Por último destacou que no final do mês de janeiro, apresentaram uma candidatura à “Rede das autarquias que cuidam dos cuidadores informais”, uma iniciativa do movimento “Cuidar dos cuidadores informais” que pretende também qualificar as políticas públicas dirigidas a este segmento populacional. -----

-----O **presidente da Assembleia** agradeceu à vereadora por ter prestado uma enormidade de informação que foi do interesse de todos conhecer. -----

-----Antes de encerrar os trabalhos a *deputada municipal* **Marta Geraudes**, sob a forma de interpelação à mesa, questionou se há alguma resposta formal, ou algum acompanhamento da

OesteCIM que possam ter acesso sobre o pedido de esclarecimento que fez processo da gratuidade dos passes, preocupação que já fez chegar por escrito ao Presidente da Assembleia, mas nada mudou. -----

----O **presidente da Assembleia** assegurou que após o pedido em causa, tentou perceber junto da presidente da Câmara e foi-lhe explicado que iam tentar melhorar o serviço.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelas 24h 25m o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
